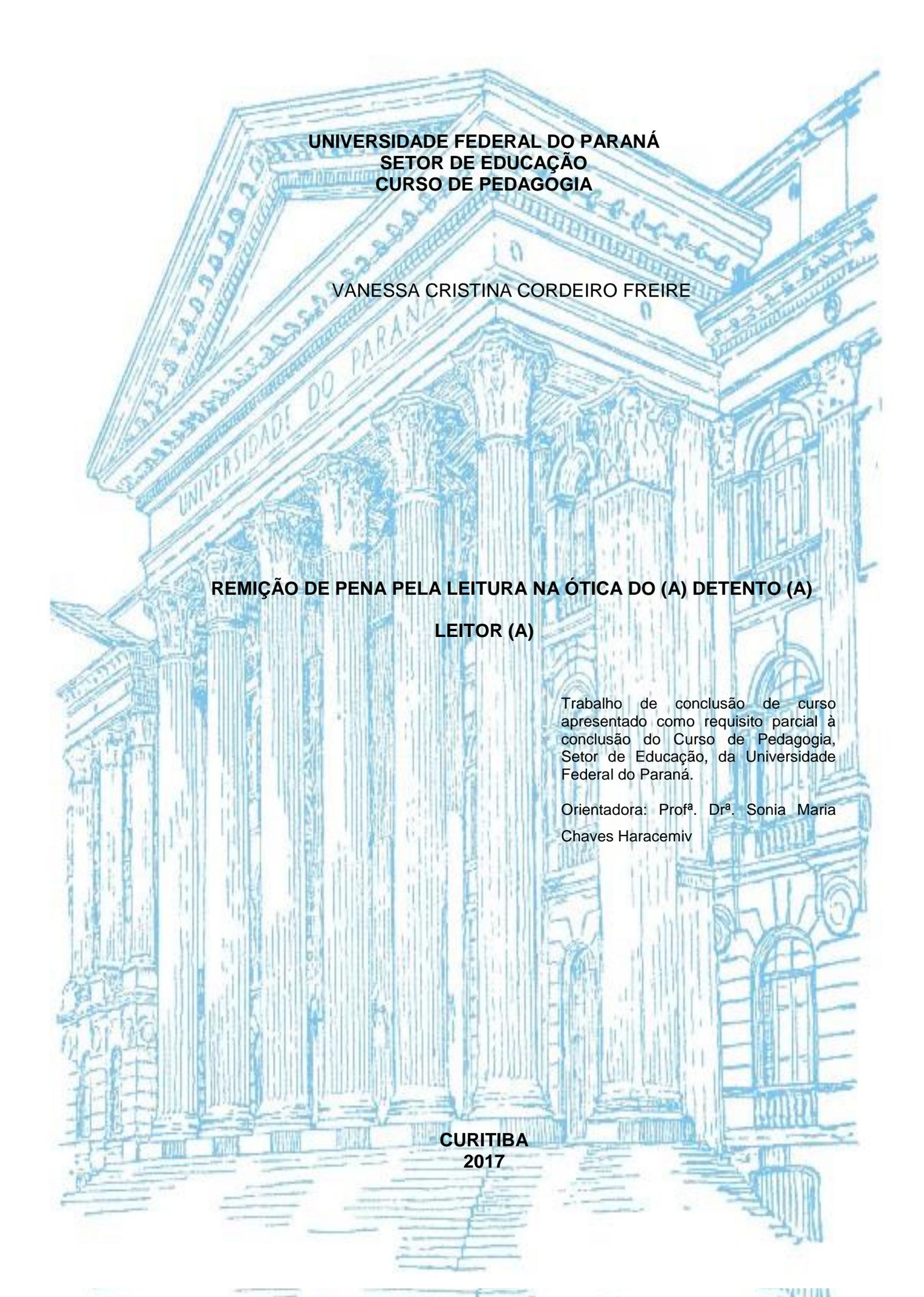


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

VANESSA CRISTINA CORDEIRO FREIRE

**REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA NA ÓTICA DO (A) DETENTO (A)
LEITOR (A)**

**CURITIBA
2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

VANESSA CRISTINA CORDEIRO FREIRE

**REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA NA ÓTICA DO (A) DETENTO (A)
LEITOR (A)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Pedagogia, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Sonia Maria Chaves Haracemiv

**CURITIBA
2017**

Dedico esse trabalho aos homens e mulheres privados de liberdade que resistem à dura realidade do cárcere e através da leitura descobrem o mundo. Dedico, também, aos profissionais que atuam no sistema prisional pela luta incansável no desafio de provocar a mudança em um contexto tão desafiador.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por alimentar meu espírito quando meu corpo e mente, por vezes, fraquejaram.

Ao meu marido, Fernando Freire, por estar sempre ao meu lado em todos os momentos e não permitir que eu desistisse ao longo dessa jornada. Sempre me apoiando com palavras de incentivo.

A toda minha família, pela torcida, incentivo, paciência e carinho.

A minha professora e orientadora, Sonia Haracemiv, que acreditou e compartilhou comigo os desafios dessa pesquisa. Seu carinho, paciência e empenho foram essências nessa jornada.

As professoras Agda Ultchack e Glacelia Quadros, responsáveis pelo Projeto remição de pena pela leitura no Paraná, pelo apoio e incentivo.

Ao diretor do Departamento Penitenciário do Paraná, Luiz Alberto Cartaxo Moura, por permitir que essa pesquisa fosse realizada no interior das unidades penais e pela confiança depositada em mim.

Aos diretores da Penitenciária Feminina e da Penitenciária Central do Estado – Unidade de Segurança, Marcos Muller e Elídio Peçanha, pela receptividade e atenção.

Aos professores do Projeto remição de pena pela leitura do Paraná, em especial, ao professor Antonio que me recebeu com imenso carinho.

De modo especial, agradeço profundamente aos homens e mulheres privados de liberdade que com sua generosidade aceitaram partilhar um pouco de suas histórias, tornando esse trabalho possível.

*“Educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas. Pessoas
transformam o mundo”.*

(Paulo Freire)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta os resultados de uma pesquisa exploratória, que tem como foco principal o Projeto remição de pena pela leitura em duas unidades prisionais do Paraná: a Penitenciária Feminina (PFP) e a Penitenciária Central do Estado – Unidade de Segurança (PCE-US), localizadas em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba. A pesquisa se propõe analisar o Projeto remição de pena pela leitura na ótica do (a) detento (a) leitor (a). Tendo em vista a relevância social do tema na perspectiva da ressocialização do sujeito privado de liberdade justifica-se, portanto, a investigação proposta. Este trabalho discute ainda, as competências que envolvem o ato de ler, a leitura como formação de valores, a libertação pela leitura, os critérios avaliativos na visão dos (as) detentos (as) leitores (as), os gêneros literários mais lidos e a participação do professor no processo de orientação, aprendizagem e avaliação. Os resultados obtidos revelam que o perfil dos (as) detentos (as) que participam do Projeto é extremamente jovem, de baixa escolaridade. Boa parte dos participantes já tinha o hábito de ler antes da prisão. Os dados apontam que os homens tem preferência na leitura de livros de romance, enquanto às mulheres preferem o gênero aventura. A abreviação da pena é o principal motivo elencado pelos pesquisados para participar do Projeto. A pesquisa mostra o que homens e mulheres pensam sobre os critérios avaliativos impostos e expõe que ambos os sexos não concordam com o fato de precisarem se limitar ao conteúdo do livro durante a escrita do texto, entre outros. Os resultados coletados demonstram a importância de se conhecer o perfil do sujeito privado de liberdade, a fim de traçar estratégias que possam ajudá-los a dar significado ao ato de ler e motivá-los a perceber a leitura no cárcere para além do ponto de vista legal da redução da pena.

Palavras-chave: Remição de pena, Privados de liberdade, Leitura no cárcere.

ABSTRACT

The present study of the conclusion of the course presents the results of an exploratory research, whose main focus is the project of remission of sentence for reading in two prison units of Paraná: the Women's Penitentiary (PFP) and the State Central Penitentiary - Security Unit (PCE-US), located in Piraquara, Metropolitan Region of Curitiba. The research proposes to analyze the Project remission of sentence by the reading from the perspective of the reader (a). In view of the social relevance of the subject in view of the resocialization of the subject deprived of freedom, the proposed investigation is therefore justified. This work also discusses the skills that involve reading, reading as a formation of values, liberation through reading, evaluation criteria in the view of the readers, the most read literary genres and the teacher's participation in the orientation, learning and evaluation process. The results show that the profile of the detainees participating in the Project is extremely young, with low levels of schooling. Most of the participants already had a habit of reading before the arrest. The data indicate that men have a preference in reading romance books, while women prefer the adventure genre. The abbreviation of the sentence is the main reason listed by the respondents to participate in the Project. The research shows what men and women think about the evaluative criteria imposed and exposes that both sexes do not agree that they need to limit themselves to the contents of the book during the writing of the text, among others. The results collected demonstrate the importance of knowing the profile of the subject deprived of freedom, in order to devise strategies that can help them to give meaning to the act of reading and motivate them to perceive the reading in the jail beyond the point of view reduction of sentence.

Keywords: Remission of sentence, Deprived of liberty, Reading in jail.

LISTA DE SIGLAS

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Depen – Departamento Penitenciário do Paraná

INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

PCE-US – Penitenciária Central do Estado – Unidade de Segurança

PFP – Penitenciária Feminina do Paraná

SEED – Secretaria da Educação

SESP – Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Critérios Avaliativos	55
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade	35
Gráfico 2 - Local de Nascimento	36
Gráfico 3 - Estado Civil.....	37
Gráfico 4 - Etnia	38
Gráfico 5 - Filhos	39
Gráfico 6 - Escolaridade.....	40
Gráfico 7 - Condição Penal	41
Gráfico 8 - Tempo de prisão.....	42
Gráfico 9 - Condição de Trabalho quando preso (a)	43
Gráfico 10 - Local de residência quando preso (a).....	45
Gráfico 11 - Renda familiar quando preso (a)	45
Gráfico 12 - Hábito de leitura	47
Gráfico 13 - Razões da participar do Projeto "remição de pena pela leitura"	48
Gráfico 14 - Conhecimento do Projeto pelo (a) detento (a)	50
Gráfico 15 - Gêneros Literários lidos	51
Gráfico 16 - Tempo para leitura, escrita e reescrita	53
Gráfico 17 - Orientação Pedagógica	54

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA	12
INTRODUÇÃO	13
1.1 JUSTIFICATIVA	14
1.2 PROBLEMA	16
1.2.1 Perguntas Norteadoras	17
1.3 OBJETIVOS	17
1.3.1 Geral.....	17
1.3.2 Objetivos Específicos	18
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	19
2.1 FALAR, LER, INTERPRETAR E ESCREVER.....	19
2.2 A LEITURA E A FORMAÇÃO DE VALORES.....	21
2.3 LEITURA: OBRIGATORIEDADE OU PRAZER?.....	22
2.4 O ATO DE LER: LIBERTA OU APRISIONA?.....	24
2.5 REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA.....	26
2.6 AVALIANDO A LEITURA NO CÁRCERE: QUAIS OS CRITÉRIOS?	27
2.7 AVALIANDO A LEITURA COM OLHARES DE MUNDOS DIFERENTES.....	28
3 METODOLOGIA	30
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	30
3.2 UNIVERSO E <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA	31
3.2.1 População Alvo	31
3.2.2 Amostra.....	31
3.2.3 <i>Lócus</i> da Pesquisa	31
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	32
3.4 ETAPAS DA PESQUISA.....	32
3.4.1 Desafios na Coleta de Dados.....	33
4 LENDO E INTERPRETANDO A LEITURA NO CÁRCERE	35
4.1 PERFIL SOCIOECONOMICO E EDUCACIONAL.....	35
4.1.1 Dados pessoais.....	35
4.1.2 Trajetória Escolar	40
4.1.1 Situação Penal	41
4.2 AVALIAÇÃO NA ÓTICA DO (A) DETENTO (A)	46
4.2.1 Hábito de leitura	46
4.2.2 Razões para participação do Projeto remição de pena pela leitura	48
4.2.2.1 Como tomou conhecimento?.....	49
4.2.3 Gêneros literários lidos.....	51
4.2.4 Tempo para leitura, escrita e reescrita	52
4.2.5 Importância da orientação pedagógica.....	54
4.2.6 Critérios avaliativos	55
5 CONSIDERAÇÃO FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE I – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	63
APÊNDICE II – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	64
ANEXOS I – MATERIAL INFORMATIVO PARA O (A) DETENTO (A).....	66
ANEXOS II – LEI ESTADUAL DA REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA.....	67
ANEXOS III – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	68

APRESENTAÇÃO DA PESQUISADORA

A pesquisadora é servidora pública estadual e atua no Departamento Penitenciário do Paraná (Depen) há cinco anos. Como assessora de imprensa teve a oportunidade de acessar locais do cárcere onde poucos acessam. Conheceu e reconheceu que, apesar do cerceamento da liberdade - já que essas pessoas estão pagando pelos crimes cometidos - o ser humano é capaz de se reinventar e resistir aos efeitos do encarceramento como sujeito que é.

Ouvindo, escrevendo sobre, se questionou inúmeras vezes, será que o cárcere é capaz de recuperar alguém? Será que a leitura, a educação é mesmo capaz de modificar vidas e concepções? Quem são essas pessoas? O que as leva ao mundo do crime? Enfim, inúmeros questionamentos surgiram. Mas um comportamento chamou mais atenção. Por qual motivo, em todo o Paraná, em todas as unidades prisionais, pessoas buscavam o livro? Não o trabalho, não a sala de aula, mas o livro.

Nesse trabalho, a pesquisadora busca compreender um pouco sobre essa prática de leitura no cárcere, mas não sob a ótica de professores, servidores, diretores ou qualquer outro agente público. Sim, pela ótica desses indivíduos que não detêm a sua liberdade física, mas apesar de tudo, ainda são livres para pensar, imaginar, se perder e se encontrar na companhia de um livro.

INTRODUÇÃO

Falar sobre o sistema prisional é um desafio. Uma vez que o tema provoca sentimentos humanos extremos: descrença, compaixão, repulsa, medo, desconhecimento, entre outros. A prisão é um mundo que todos sabem que existe, mas que poucos se atrevem a olhar mais de perto.

Vista por muitos como possibilidade de salvação e redenção a educação está presente nas prisões, como um direito de qualquer cidadão. Sim, a educação pública. A mesma educação que enfrenta dificuldades estruturais, econômicas, de pessoal. Sim, a educação que segregou e excluiu muitos desses indivíduos anos atrás, carrega agora a missão de resgatá-los como cidadãos que são.

É nesta perspectiva de dificuldades e desafios que se propõem neste trabalho olhar a educação prisional, sobretudo, a leitura no cárcere, com os olhos de quem as vivencia em seu cotidiano. Para isso, além de pesquisas bibliográficas e documentais, se adentrou no cárcere com o objetivo de se aproximar desse universo. As visitas aconteceram em duas unidades prisionais, de regime fechado, localizadas em Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba. Uma delas foi a Penitenciária Feminina do Paraná (PFP), e a outra a Penitenciária Central do Estado – Unidade de Segurança (PCE-UP). Com base nessas vivências é que se constituiu essa pesquisa.

O primeiro capítulo apresenta o contexto em que se deu a criação do Projeto remição de pena pela leitura, que de uma iniciativa local passou a lei estadual, recomendada em âmbito nacional e presente em diversos estados do país, também as motivações pela escolha do tema, as inquietações e dúvidas a cerca da complexidade de se trabalhar a leitura no âmbito prisional.

No segundo capítulo, busca-se compreender e discutir sobre as competências que envolvem o ato de ler e escrever, a leitura como formação de valores, a leitura com olhares de mundos diferentes, a possibilidade ou não de libertação por meio da leitura, o Projeto remição de pena pela leitura e os critérios avaliativos utilizados atualmente.

O terceiro capítulo apresenta a caracterização desta pesquisa, o instrumento de coleta de dados utilizado, a descrição das etapas da pesquisa e os desafios enfrentados na coleta de dados. Ainda, a análise e interpretação dos dados

coletados com a descrição do perfil do (a) detento (a) participante do Projeto remição de pena pela leitura. A visão dessas pessoas privadas de liberdade a respeito dos critérios avaliativos utilizados no Projeto e a importância do professor no processo orientação, avaliação e aprendizagem.

Antes de tudo, deixa-se claro que essa pesquisa não tem a pretensão de elucidar um universo tão complexo que é a educação nas prisões e o papel da leitura neste contexto. Mas, de apresentar as subjetividades presentes no olhar daqueles que vivem à margem social, na invisibilidade, e que apesar de tudo encontraram na leitura uma maneira de se aproximar do mundo.

1.1 JUSTIFICATIVA

Com a quinta maior população prisional do país, o Paraná possui atualmente 20 mil presos (as) em seu sistema prisional, além de um déficit de vagas de cerca de 10 mil presos (as) que se encontram custodiados em carceragens de delegacias de polícia. O cenário caótico não é exclusividade paranaense. No Brasil, há 607 mil presos (as), sendo que o déficit de vagas é de aproximadamente 231 mil vagas, segundo o último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), realizado em 2014, pelo do Departamento Penitenciário Nacional.

Uma das alternativas encontradas pelo Poder Público para minimizar o problema da superlotação e oferecer instrumentos que possibilitem a reintegração dos (as) detentos (as), é a remição de pena por meio do trabalho e estudo. Prevista na Lei de Execução Penal nº 7.210 de 11 de julho de 1984, a remição da pena é o direito do condenado de abreviar o tempo imposto em sua sentença penal, como se pode observar na Seção IV do texto Art. 126, “o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena” (BRASIL, 1984).

Diante deste cenário, pioneiramente, o estado do Paraná implantou o Projeto Remição de Pena pela Leitura, instituída pela Lei Estadual nº 17.329 de 08 de outubro de 2012 (PARANÁ, 2012), como um novo instrumento para viabilizar a remição de pena pelo estudo, já prevista na Lei Federal nº 12.433 de 29 de junho de 2011.

Segundo a Lei, o Projeto remição de pena pela leitura tem como objetivo:

[...] oportunizar aos presos custodiados alfabetizados o direito ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade crítica, por meio da leitura e da produção de relatórios de leituras e resenhas (PARANÁ, 2012, p. 10).

Para Faria e Oliveira (2014), o Projeto remição pela leitura é fundamentado no direito à educação, pois “uma das grandes conquistas do projeto é que valoriza o aprendizado pessoal como forma de estudo, sem que se dependa de uma infraestrutura pré-determinada ou de um curso nos moldes tradicionais” (p.3).

O projeto pioneiro que virou lei estadual também foi disciplinado pela Recomendação nº 44 de 2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2013), e hoje está presente em diversos estados do país, tornando-se referência nacional, como observou Faria e Oliveira (2014), em sua pesquisa:

Um dos indicadores de que os métodos alternativos de educação acarretam maior acessibilidade aos estudos é o estado do Paraná, pioneiro na formulação e aplicação do projeto de remição por leitura. O percentual de presos estudando, no mencionados estados, aumentou consideravelmente após a regulamentação oficial da remição por leitura, em 2012 (p. 7).

Segundo dados estatísticos do Departamento Penitenciário do Paraná (Depen, 2017), o projeto que começou com pouco mais de 900 presos em 2012, atende atualmente cerca de 3 mil detentos no estado. Presente em todas as unidades penais o Projeto remição de pena pela leitura atinge 15% da população prisional paranaense.

Faria e Oliveira (2014), acreditam que o Projeto remição de pena pela leitura é uma possibilidade de valorizar os saberes das pessoas privadas de liberdade, pois,

Somente um modelo que valorize o aluno e sua capacidade de aprender se encaixa na prisão, onde os educandos já são vítimas de processos de marginalização e exclusão. Os educandos não seriam, neste modelo, tratados como ignorantes, os que nada sabem, tampouco como menos inteligentes (p. 8).

Sobre o Projeto remição de pena pela leitura, Proença (2015) diz que:

[...] nas unidades penais do Paraná oportuniza não apenas o conhecimento, a cultura, a informação, mas do ponto de vista da educação, possibilita práticas

de letramentos por meio da leitura literária, agregando a produção textual às práticas sociais da leitura e da escrita (p. 126).

Portanto, é fundamental discutir a realidade das pessoas que sobrevivem ao cárcere, e conseqüentemente, a invisibilidade social. Pois, para Proença (2015):

[...] as pessoas não se importam em saber e/ou conhecer como é a vida do “outro lado” das grades. Quem são as pessoas que ali estão? Como é sua rotina diária? O que muros e portões da prisão escondem? Por que estão ali? Que público é esse? Todos os dias, pessoas acordam, comem, trabalham, sonham e estudam dentro desse espaço hostil. Pessoas anônimas que tentam reescrever suas histórias, manter a esperança de refazer suas próprias vidas em meio às regras e rituais impostos por um ambiente que preserva o caráter punitivo (p.12).

Por isso, a realização dessa pesquisa justifica-se pela importância social do tema: a remição de pena pela leitura na ótica do (a) detento (a) leitor (a).

1.2 PROBLEMA

Ofertada por meio de uma parceria entre a Secretaria Estadual da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná (SESP) e a Secretaria Estadual da Educação (SEED), a educacional prisional esta presente nas 33 unidades prisionais do Estado. São oferecidas diferentes etapas de ensino desde Alfabetização, Ensino Fundamental, Médio, Superior a distância, Ensino Profissionalizante, e ainda o Projeto remição de pena pela leitura.

Dos 20 mil presos (as) custodiados (as) no sistema prisional paranaense, 36% deles participam de alguma atividade de ensino, segundo dados estatísticos divulgados pelo Departamento Penitenciário do Paraná (Depen, 2017). Desse total, 15% participam do Projeto remição de pena pela leitura. Constata-se, portanto, que a iniciativa que virou Lei há pouco mais de cinco anos já atingiu quase metade da oferta educacional presente nas penitenciárias paraenses.

Todos os meses 3 mil homens e mulheres se debruçam na missão de escolher uma obra literária de acordo com uma lista previamente definida pelos professores, em seguida fazem sua leitura em cela e de maneira presencial com o professor produzem um resumo ou resenha em momentos de escrita e reescrita. Após a

conclusão desse processo, cabe ao professor avaliar a produção do texto. Caso obtenham uma nota igual ou superior a 6,0, os (as) detentos (as) participantes diminuem quatro dias de sua pena a cumprir. Todo o processo de escolha do livro, leitura, escrita, reescrita e avaliação precisam acontecer em um prazo máximo de 30 dias (PARANÁ, 2012).

Para Proença (2015) isso exige capacidades que nem todos (as) os (as) detentos (as) dominam em pouco tempo. “Da leitura para a atividade de produção escrita é necessária uma interação entre a decodificação de sinais gráficos, a construção de significados para além da superfície do texto, observando-se as funções sociais da leitura e da escrita” (p. 65).

Tendo em vista o notável crescimento do Projeto remição de pena pela leitura no âmbito da educação prisional, acredita-se ser fundamental compreender os motivos que levam tantos (as) detentos (as) a optar por essa prática. Além disso, é preciso analisar como esses sujeitos privados de liberdade se adequam aos critérios avaliativos propostos e aos prazos previamente definidos que exigem do sujeito leitor diversas competências para além do ato de ler.

Como é vista a remição de pena pela leitura na ótica do (a) detento (a) leitor (a)?

1.2.1 Perguntas Norteadoras

Quem é este (a) detento (a), além de um sujeito privado de liberdade?

Qual o seu perfil?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Investigar o Projeto Remição de Pena pela Leitura no cárcere sob a ótica do (a) detento (a).

1.3.2 Específicos

- Traçar o perfil socioeconômico educacional do (a) detento (a) leitor (a);
- Investigar a possível relação entre o perfil do (a) detento (a) e o gênero literário escolhido;

- Analisar os critérios avaliativos propostos pela Lei 17.329 na ótica dos (das) detentos participantes do Projeto remição de pena pela leitura.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 FALAR, LER, INTERPRETAR E ESCREVER

Partindo do pressuposto que as práticas letradas são múltiplas, é preciso considerar o meio social e ideológico em que o sujeito letrado está inserido (WIEDEMER; DE OLIVEIRA, 2015). Estar privado de liberdade é uma condição que precisa ser considerada no ato falar, interpretar, escrever e ler. Primeiro, é preciso refletir sobre esses atos em si.

Segundo Leffa (1996), o ato de ler pode ser definido de diferentes formas de acordo com o enfoque dado e também o grau de generalidade com que se define o termo. Pode ser um ato psicológico, social, linguístico, fenomenológico, entre outros.

Como uma definição geral, Leffa (1996) diz que:

A leitura é basicamente um processo de representação. Como esse processo envolve o sentido da visão, ler é, na sua essência, olhar para uma coisa e ver outra. A leitura não se dá por acesso direto à realidade, mas por intermediação de outros elementos da realidade. Nessa triangulação da leitura o elemento intermediário funciona como um espelho; mostra um segmento do mundo que normalmente nada tem a ver com sua própria consistência física. Ler é, portanto reconhecer o mundo através de espelhos. Como esses espelhos oferecem imagens fragmentadas do mundo, a verdadeira leitura só é possível quando se tem um conhecimento prévio desse mundo (p. 10).

Ainda segundo ele, o ato de ler pode ser meramente mecânico, apenas uma decodificação, para que haja compreensão é preciso considerar vários papéis como o do leitor e o do texto, e a interação entre eles, sendo que:

Na leitura, como na química, para termos uma reação é necessário levar em conta não só os elementos envolvidos, mas também as condições necessárias para que a reação ocorra. O simples confronto do leitor com o texto não garante a eclosão de todos os acontecimentos que caracterizam o ato da leitura. A produção de uma nova substância – no caso a compreensão – só ocorre se houver afinidade entre os elementos leitor e texto e se determinadas condições estiverem presentes. O leitor precisa possuir, além das competências fundamentais para o ato da leitura, a intenção de ler. Essa intenção poder ser caracterizada como uma necessidade que precisa ser satisfeita, a busca de um equilíbrio interno ou a tentativa de colimação de um determinado objetivo em relação a um determinado texto (LEFFA, 1996, p. 17).

Segundo Rojo (2002), o ato de

Ler envolve diversos procedimentos e capacidades (perceptuais, práticas, cognitivas, afetivas, sociais, discursivas, linguísticas), todas dependentes da situação e das finalidades de leitura, algumas delas denominadas, em algumas teorias de leitura, estratégias (cognitivas, metacognitivas) (p. 2).

Além das definições já apontadas por Leffa (1996), como a capacidade de decodificação, compreensão do texto, interação entre o leitor e autor, Rojo (2002), aborda também uma nova teoria mais recente, o discurso (texto), sendo que,

[...] a leitura é vista como um ato de se colocar em relação um discurso (texto) com outros discursos anteriores a ele, emaranhados nele e posteriores a ele, como possibilidades infinitas de réplica, gerando novos discursos/textos. O discurso/texto é visto como conjunto de sentidos e apreciações de valor das pessoas e coisas do mundo, dependentes do lugar social do autor e do leitor e da situação de interação entre eles – finalidades da leitura e da produção do texto, esfera social de comunicação em que o ato da leitura se dá. Nesta vertente teórica, capacidades discursivas e linguísticas estão crucialmente envolvidas (ROJO, 2002, p. 3).

Como se pode observar, a definição do ato de ler já recebeu diversas interpretações, que não necessariamente se contrapõem, mas se complementam. Já a escrita, para Proença (2015), é “uma das modalidades de uso da língua e existe para cumprir diferentes funções comunicativas. Tem, em suas concepções teóricas, a dimensão interacional e discursiva da língua” (p. 63).

De maneira mais complexa, Antunes (2003) apresenta outra definição do ato de escrever:

[...] nas sociedades letradas, a escrita está presente, como forma constante de atuação, nas múltiplas atividades das pessoas – no trabalho, na família, na escola, na vida social em geral – e, mais amplamente como registro do seu patrimônio científico, histórico e cultural. Dessa forma, toda escrita responde a um propósito funcional qualquer, isto é, possibilita a realização de alguma atividade sociocomunicativa entre as pessoas e está inevitavelmente em relação com os diversos contextos sociais em que essas pessoas atuam. (p. 47- 48).

Para Wiedemer e De Oliveira (2015) as práticas de leitura e escrita

[...] integram as mais diferentes esferas socioculturais e sociolinguísticas dos sujeitos e se desenvolvem como parte integrante do modo como as pessoas dão sentido a sua experiência no processo de socialização e formam diferentes práticas discursivas. Por isso, valores, atitudes, motivações, perspectivas e maneiras de agir em cada contexto também são levados em consideração (p. 360).

Segundo Viana (2004), todos esses processos estão interligados. A fala, por exemplo, se dá de forma inteiramente prática e natural, diferentemente de se comunicar oralmente. Nesta perspectiva ele acredita que:

Aprende-se a falar falando e ouvindo falar. No entanto, o desenvolvimento da linguagem oral depende também do interesse em comunicar. Este interesse terá de ser alimentado por experiências de vida geradoras de vontade de comunicar. Por outro lado, aprende-se a ler ouvindo ler e lendo (p. 1).

2.2 A LEITURA E A FORMAÇÃO DE VALORES

A leitura pode proporcionar a possibilidade da imaginação, de se colocar no lugar no outro, de viajar para lugares nunca antes conhecidos sem ao menos sair do lugar. “O leitor estabelece uma relação dinâmica entre a fantasia, encontrada nos universos dos livros e a realidade encontrada em seu meio social” (BRITO, 2012, p.10).

Para Furlan (2012), a leitura tem poder de modificar vidas, como também ser uma fuga, um transporte da realidade. “É a fuga daquele caminho traçado por gerações menos favorecidas da sociedade marginalizada. É dialogar com o tempo e viver experiências já vividas que só a leitura permite conhecer” (p. 1).

No cárcere, outro aspecto a ser considerado é a ocupação do tempo por meio da leitura, já que:

Do ponto de vista do preso, a pena temporaliza o sujeito em uma carga diária de repetição (rotina, ócio), fruto da quebra da liberdade que a pena impõe, sem discussão dos seus termos. O preso, nesse silogismo, inevitavelmente tende a refletir sobre o futuro, porque já perdeu parte do seu passado e o presente para ele inexistente. Já o tempo, nessa escala, acaba por afetar o preso, não no tempo objetivo (reprimenda jurisdicional), mas sim no tempo subjetivo (consciência) na medida em que os anos serão longos e a inquietude da sombra da pena, neste ambiente de segregação, será seu calvário (WIEDEMER; OLIVEIRA, 2015, p. 356).

Além da ocupação do tempo e fuga momentânea da realidade, a leitura no cárcere pode trazer outros benefícios. “Os benefícios que a leitura promove em sua sociedade são inúmeros, o resgate da cidadania, desenvolvimento de um olhar

crítico e competências, a integração social, a ampliação de seus horizontes e de seu vocabulário (BRITO, 2012, p.26).

No entanto, é preciso tomar cuidado. As reflexões alcançadas pela leitura precisam partir do sujeito de acordo com sua experimentação na literatura, não podem ser vista pelo sistema penal, no caso o Projeto remição pela leitura, como uma forma de moralizar a pena. Portanto, a leitura

[...] não pode ser tomada com uma perspectiva moralizadora ou apenas a partir de textos que veiculem mensagens edificantes. A literatura e a experiência literária devem ser compreendidas por um viés que não assimila as imposições de uma sociedade ou de um sistema pautados pela moralização. Trata-se, antes de tudo, de textos cuja maior qualidade refere-se à vivência de situações intensas, seja por meio da narrativa, da dramaturgia ou da poesia. Se há alguma aprendizagem decorrente de tal experiência, ela se dá mais no campo subjetivo que no social (LIMA; MELO, 2013, p.315).

É a partir das reflexões pessoais, subjetivas, que a literatura alcança sua potência máxima no encontro de si mesmo. Para Candido (1999), a literatura é capaz de formar o indivíduo

[...] mas não segundo a pedagogia oficial, que costuma vê-la ideologicamente como um veículo da tríade famosa, - o Verdadeiro, o Bom, o Belo. (...) Longe de ser apêndice da instrução moral e cívica (esta apoteose matreira do óbvio, novamente em grande voga), ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela - com altos e baixos, luzes e sombras. (CANDIDO, 1999, p. 84).

2.3 LEITURA: OBRIGATORIEDADE OU PRAZER

A leitura é um dos meios mais importantes para as novas aprendizagens, possibilitando a construção e o fortalecimento de ideias e ações, ninguém se torna um leitor por obrigação, ninguém nasce gostando de leitura (BRITO, 2012, p. 27). Sem dúvida, o gosto ou o hábito pela leitura é uma conquista. No caso do Projeto remição pela leitura, as pessoas privadas de liberdade que se inscrevem para participar fazem isso de forma voluntária e não obrigatória. Ainda assim, motivadas pela possibilidade de redução da pena ou não, quando o fazem precisam obedecer a critérios, escolher determinada obra de uma lista pré-selecionada, cumprir prazos para leitura e produção de texto, enfim, condições muito próximas da realidade do ensino tradicional. Para Egito (2010), “o prazer de ler é uma conquista do próprio

leitor e está associado a fatores motivacionais, que não se podem prever nem transferir a outro leitor” (p.139).

Para Zilberman (2014), a leitura pode proporcionar um prazer que é específico, que não é bom, nem mau. Nesse sentido, a leitura educa

[...] levando o destinatário a provar situações extremas, mesmo as mais transgressivas, sem estar sujeito às punições em que tais atos incidem. O ser humano pode crescer emocional ou intelectualmente graças ao processo de transferência que a poesia faculta, chegando a esse ganho até com algum lucro, o prazer obtido ao final do processo (p. 262).

Segundo EGITO (2010), não se deve associar o prazer com o ato de ler, sob o risco de fazê-lo de forma equivocada, já que além de prazer a leitura é capaz de proporcionar outros sentimentos, pois

[...] a ideia de que o ato de ler deve vir sempre associado ao prazer (aqui sinônimo de desfrute, fruição) subestima as amplas possibilidades que a leitura oferece. Como prática importante na organização social, a leitura é muito mais que mera fruição e prazer; também lemos para ampliar horizontes culturais, para buscar informação e conhecimento, para refletir sobre a vida, para escapar da realidade, para interagir com o divino ou simplesmente para resolver questões de ordem prática no cotidiano (EGITO, 2010, p.139).

Para que se desenvolva a prática do ato de ler, a leitura precisa ser contínua para que se torne efetiva e eficaz, além disso, dependerá,

[...] de uma série de fatores dentre os quais o principal será a presença de um mediador, que facilite a transição entre um período e outro. É aqui que o papel do professor se torna primordial, uma vez que ele pode atuar com um facilitador, abrindo para o aluno um universo interior de expectativas, trazendo a leitura como parte importante da sua rotina escolar e não como atividade sem valor, que serve de punição ou para preencher o tempo vago (BORINI, 2012, p. 7).

Ao avaliar a leitura do aluno, o professor precisa se desprender de suas expectativas pessoais e atuar como motivador dessa prática:

Ao organizarem o mundo da leitura proposto aos alunos, os professores esperam que os textos sejam lidos de uma determinada maneira, isto é, criam expectativas a respeito do resultado esperado e essas expectativas se fundamentam nas suas próprias representações (sobre leitura, sobre alunos, sobre conteúdos, sobre ensino, sobre universidade etc) (EGITO, 2010, p. 146).

Segundo BORINI (2010), antes de tudo, é o professor/mediador que precisa demonstrar o prazer pela leitura, só assim motivará seus alunos a não pensar na leitura como uma recompensa, mas como transformação da realidade, sendo que:

[...] um professor que tome a prática da leitura não apenas como um dever, mas também como um prazer, irá transmitir para seus alunos uma concepção de leitura capaz de extrapolar os estreitos limites da sala de aula. Para que isso ocorra, ele deverá ser igualmente, um leitor ávido (BORINI, 2010, p. 7).

Nesta mesma perspectiva, Paulo Freire (2001) diz que não se pode ensinar aquilo que não sabe, não domina. O professor precisa buscar sempre algo novo nesse processo de aprender e ensinar. “O fato, porém, de que ensinar ensina o ensinante a ensinar certo conteúdo não deve significar, de modo algum, que o ensinante se aventure a ensinar sem competência para fazê-lo. Não o autoriza a ensinar o que não sabe” (p. 259).

Se preparar e se capacitar é uma responsabilidade ética e política, como afirma Paulo Freire (2001), a leitura quando é realmente compreendida, apesar de difícil, é prazerosa, pois

Ler é uma operação inteligente, difícil, exigente, mas gratificante. Ninguém lê ou estuda autenticamente se não assume, diante do texto ou do objeto da curiosidade a forma crítica de ser ou de estar sendo sujeito da curiosidade, sujeito da leitura, sujeito do processo de conhecer em que se acha. Ler é procurar buscar criar a compreensão do lido; daí, entre outros pontos fundamentais, a importância do ensino correto da leitura e da escrita. É que ensinar a ler é engajar-se numa experiência criativa em torno da compreensão. Da compreensão e da comunicação (p. 261).

2.4 O ATO DE LER NO CARCERE: LIBERTA OU APRISIONA?

É indispensável dizer que o ato de ler também precisa ser visto sob a ótica do direito do sujeito privado de liberdade à educação e a leitura. "A educação é um direito conferido a todos indistintamente, isto é, independe se a pessoa se encontra livre ou privada de sua liberdade em estabelecimento penal" (MOURA, *et al*, 2012, p. 9).

Segundo o artigo 2º da Lei Estadual nº 17.329 de 08 de outubro de 2012:

O Projeto “Remição pela Leitura” tem como objetivo oportunizar aos presos custodiados alfabetizados o direito ao conhecimento, à educação, à cultura e

ao desenvolvimento da capacidade crítica, por meio da leitura e da produção de relatórios de leituras e resenhas (PARANÁ, 2012).

Além de ser um direito, o estudo e a leitura no cárcere trazem benefícios quantitativos que não podem ser desconsiderados, visto que:

Da relação quantitativa estabelecida entre o cumprimento da leitura e a redução da pena – no caso, a cada livro comprovadamente lido por meio da produção de resenha, a diminuição de quatro dias da pena – é possível extrair a fórmula: mais leitura equivale a menos reclusão, portanto mais leitura equivale à liberdade conquistada mais precocemente (LIMA; MELO, 2013, p. 314).

De fato, nesse caso, a leitura tem caráter de abreviação da pena. Além dessa obviedade é preciso considerar outros aspectos que são fundamentais no ato de ler, principalmente na especificidade do cárcere, é o que observa Proença (2015):

Apesar de seu caráter jurídico, o Projeto "Remição pela Leitura" apresenta, em sua proposta, ações educativas sobre o papel social da leitura e da escrita, pois é a partir dessas manifestações sociais que agimos e interagimos em nosso cotidiano. Além disso, as propostas de leitura possibilitam, na descoberta da literatura, caminhos para a experiência com o letramento literário, ampliando o entendimento das abordagens que envolvem as relações entre texto, leitor e sociedade (p.64).

Neste sentido é preciso que esse processo de leitura, releitura, escrita e reescrita, avaliação e efetivamente a remição da pena, faça algum sentido para aquele indivíduo que está inserido em um contexto completamente diferente da educação formal. Um espaço único e distinto, em que o Projeto remição pela leitura

[...] depende de condições para a sua concretização, como a limitação de vagas e o fomento do mesmo, entre outras. Este possibilita ao indivíduo substituir seu espaço ocioso dentro da cela por períodos de estudo, conduzindo-o ao universo acadêmico ou profissionalizante. Da mesma forma, incita o indivíduo a engendrar novas formas de percepção e resignificação do seu ser, direcionando-o na busca de um futuro menos estigmatizante e marginalizante, resgatando sua dignidade humana usurpada (RESENDE; PIRES, 2016).

Ou seja, além de ser um meio facilitador para o detento (a), em relação a sua libertação física, na visão de Proença (2015), a remição pela leitura pode resultar em outro tipo de libertação. Uma vez que:

As transformações produzidas nesse processo de conhecimento podem ser uma resposta do ato de liberdade, entendendo-se liberdade não como estar "fora das grades da prisão", mas como resultado da capacidade de compreender o mundo. Só assim é possível aprender a conhecer as próprias

forças e limitações, desenvolver a inteligência, as habilidades, relacionar-se com as pessoas e viver os afetos das amizades. É uma forma de construção e reconstrução, num movimento de tessitura para a liberdade (PROENÇA, 2015, p. 96).

Para Freire (1999), “a educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é a prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens” (p. 70).

2.5 PROJETO REMIÇÃO PELA LEITURA

A cada mês, todos os detentos alfabetizados das 33 unidades prisionais do Paraná podem escolher um livro para leitura em cela. A participação é voluntária. Segundo a coordenadora do Projeto remição de pena pela leitura no Paraná, Agda Cristina Ultchak, são priorizados aqueles detentos que não possuem outra atividade e ocupação, ou seja, não estão implantados em canteiros de trabalho, por exemplo. Os livros são disponibilizados nas bibliotecas dos estabelecimentos penais e os títulos utilizados para fins de remição são previamente selecionados pelos professores, sendo que englobam literatura brasileira e mundial, ficção, aventura, romance, autobiografias, história, sociologia, política, filosofia, entre outros (PARANÁ, 2012).

Os interessados em realizar a leitura possuem um mês para finalizar o processo que funciona da seguinte forma: nos primeiros dias o detento faz a escolha do livro na biblioteca, até o dia 20 de cada mês precisa realizar a leitura da obra em cela. Os próximos dez dias são para produção do seu relatório de leitura ou resenha, sob a orientação e supervisão de um professor de língua portuguesa, de forma presencial. Após momentos de escrita e reescrita, são avaliados. Caso obtenham uma nota igual ou superior a 6,0 (seis), exigida em lei, são computados 48 horas de leitura, que seguindo os critérios estabelecidos na lei, equivalem a quatro dias de remição da pena. (PARANÁ, 2012).

2.6 AVALIANDO A LEITURA NO CÁRCERE: QUAIS OS CRITÉRIOS?

Dedica-se a missão de acompanhar, orientar e avaliar o Projeto remição de pena pela leitura, 30 professores de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino. Para fins de remição de pena é permitida a leitura de apenas uma obra por mês. O professor precisa avaliar o aluno de forma presencial. São no mínimo três encontros presenciais para a produção da escrita, reescrita e versão final (PARANÁ, 2012).

No material informativo disponibilizado pelo Depen do Paraná como apoio e orientação aos (as) detentos (as) com o objetivo de auxiliar na produção do texto, é possível encontrar as seguintes perguntas norteadoras:

De que trata o livro? Qual o sentido da obra, ou seja, por que e para quem ela foi escrita? Como você se posiciona frente ao livro lido? Gostou ou não? Por quê? Encontre argumentos que reforcem seu ponto de vista. O livro trouxe informações novas que até então eram desconhecidas para você? Quais? As ideias colocadas nos livros são coerentes, adequadas, válidas, relevantes e originais? Quais as referências do que você leu com os fatos políticos, sociais e econômicos? De que forma o que você leu pode trazer conhecimento, cultura e abrir seus olhos para uma nova maneira de pensar e viver? Observe os personagens principais e secundários: Quem são? Como são? Como eles se comportam no decorrer da história? Qual a importância deles na história? Você se identificou com algum deles? Qual? Por quê? O que a leitura lhe trouxe de reflexão, de amadurecimento? Trouxe uma maneira positiva de enfrentar a vida? Por quê? (PARANÁ, 2012).

Os textos produzidos pelos (as) detentos (as) precisam conter de 30 a 60 linhas e ter início, meio e fim. Toda a produção é avaliada pelos professores. De acordo com o material informativo disponibilizado e a própria ficha de avaliação, os professores precisam obedecer aos seguintes critérios de correção previamente definidos: ortografia (escrita corretas das palavras e letra legível), coesão (ideias dos parágrafos bem "amarradas", com sequência), coerência (texto escrito bem organizado e com boa argumentação), estética (boa apresentação do texto, sem rasuras), qualidade do texto (argumentação, objetividade), limitação ao tema (limitar-se ao conteúdo do livro) e fidedignidade (proibição de textos que sejam considerados plágios). Cabe ao professor observar o grau de escolaridade de cada participante, a obra por ele escolhida e aplicar esses critérios avaliativos (PARANÁ, 2012).

Em sua pesquisa, Proença (2015) narra o comportamento de professores e alunos em uma aula do Projeto remição de pena pela leitura:

A dinâmica das aulas segue a seguinte rotina: os novos integrantes ficam folheando os livros para escolha da leitura, a professora explica a dinâmica da participação no Projeto e a necessidade da escrita na “cela de aula”. Aqueles que estão na fase de produção textual procuram se concentrar na realização, pois sabem que será necessário passar pelo processo de reescrita até chegar à versão comprobatória de sua remição. Observa-se que não há efetivamente uma aula de leitura, explicando as especificidades dos gêneros resumo, resenha. Os alunos recebem um folheto explicativo sobre o texto que devem produzir, o que pouco auxilia, pois a maioria dos discentes apresenta lacunas em seu processo de ensino e aprendizagem, principalmente no que tange aos conhecimentos específicos de gêneros textuais (p. 65).

Proença (2015) critica fortemente a limitação dos gêneros textuais impostos na Lei do Projeto remição de pena pela leitura, sendo que:

[...] a produção textual realizada pelos alunos impõe um enfoque e estudo dos gêneros textuais resenha e relatório, dimensionando a atividade escrita no processo de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa. Com vistas à formação de alunos proficientes e capazes de construir textos que respondam às exigências postas pelas diferentes práticas sociais de leitura e escrita, o “engessamento” da produção textual não favorece esse desenvolvimento, pois os discentes não têm a oportunidade de produzir outro gênero textual (p. 66).

A autora ainda faz críticas à postura tradicional de muitos professores (as) que atuam no Projeto remição de pena pela leitura, que em sua opinião, não refletem em sua prática o proposto, visto que:

Nas práticas das professoras, observa-se uma ação premente nas correções textuais, visto que é um documento importante para os alunos. Porém, são correções semelhantes às do ensino tradicional da língua, ou seja, fixa-se em correções ortográficas, separação de sílabas, acentos, não importa “o que se diga” ou “como se faz”. A partir dessa situação, é possível vislumbrar que, ou as professoras têm dificuldades em se apropriar de conceitos de natureza mais discursiva, seja no que concerne ao processo de leitura e escrita, seja nas divergências de se compreender os gêneros textuais⁶ em sua relação com as práticas sociais, ou, para elas, a atividade de leitura está centrada nas habilidades mecânicas de decodificação da escrita, sem considerar a dimensão da interação verbal (p. 66).

2.7 AVALIANDO A LEITURA COM OLHARES DE MUNDOS DIFERENTES

No Projeto remição de pena pela leitura, os textos são lidos e avaliados por professores de Língua Portuguesa da rede estadual de ensino. Esses professores são ocupantes de cargo público, no entanto para lecionar no sistema prisional

passam por outro sistema de seleção, onde são avaliados seu perfil e histórico. Ainda que tenham escolhido atuar como professores neste local, a realidade vivida por esses detentos (as), não é a mesma que a de seus professores. As trajetórias pessoais e escolares são distintas. Ou seja, o mesmo de texto, possui leituras de mundos diferentes.

Na visão de Paulo Freire, "A leitura de mundo precede a leitura da palavra [...] Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre texto e o contexto" (FREIRE, 1996, p. 11).

Nesse aspecto, embora a decodificação do que está escrito aconteça da mesma forma, ao ler o mesmo texto, professor (a) e aluno (a) manifestam não apenas compreensões diferentes, mas significações. Para Leffa (1996), a leitura opera como um espelho, "diferentes posições refletem diferentes segmentos da realidade", uma vez que:

Numa leitura do mundo, o objeto para o qual se olha funciona como um espelho. Se o objeto for, por exemplo, uma casa, vai oferecer tantas leituras quantas forem as posições de cada um dos observadores em relação à casa. O arquiteto fará uma leitura arquitetônica, o sociólogo uma leitura sociológica, o ladrão uma leitura estratégica, e assim por diante (LEFFA, 1996, p. 11).

Ainda, segundo ele, a bagagem de vida que cada um traz influencia diretamente na leitura e na

[...] visão da realidade provocada pela presença do texto depende da bagagem de experiências prévias que o leitor traz para a leitura. O texto não contém a realidade, reflete apenas segmentos da realidade, entremeados de inúmeras lacunas, que o leitor vai preenchendo com o conhecimento prévio que possui do mundo. A qualidade do ato da leitura não é medida pela qualidade intrínseca do texto, mas pela qualidade da reação do leitor. A riqueza da leitura não está necessariamente nas grandes obras clássicas, mas na experiência do leitor ao processar o texto (LEFFA, 1996, p. 14).

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para a realização desta pesquisa foi utilizada como metodologia a pesquisa exploratória. Segundo Antonio Carlos Gil, a pesquisa exploratória "têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-los mais explícito ou a construir hipóteses" (GIL, 2002, p.41). Utilizando-se do método exploratório, a pesquisa bibliográfica foi constituída na consulta de livros, artigos científicos e dissertação que tratavam a temática do Projeto remição de pena pela leitura.

O método de pesquisa descritiva também foi utilizado neste trabalho, com a elaboração de pesquisa qualitativo-quantitativa, com aplicação de 30 questionários, que foram distribuídos aleatoriamente, entre os (as) detentos (as) que estavam presentes em sala nos dias da realização da pesquisa, nas duas unidades penais escolhidas.

Para Souto e Korkischko (2012), os dois métodos são complementares e reforçam a confiabilidade da pesquisa, pois

Ainda que a estratégia de amostragem seja qualitativa, sua descrição quantitativa no relatório da pesquisa pode contribuir para a validação do estudo e, conseqüentemente, permitir inferências sobre a confiabilidade e abrangência dos achados; pode fornecer, portanto, uma dimensão de qualidade para a pesquisa (SOUTO; KORKISCHKO, 2012, p. 1).

O critério utilizado foi um tipo de amostragem não probabilística: Por conveniência a qual busca uma amostra de elementos convenientes e a seleção é deixada a cargo do entrevistador. Sobre as pesquisas descritivas, Gil (2008), diz que:

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma das suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (p. 42).

3.2 UNIVERSO DA PESQUISA

O Paraná tem 20 mil presos (as) atualmente, homens e mulheres. Desse total, cerca de 3 mil participam do Projeto remição de pena pela leitura todos os meses nas 33 Unidades Penais. Tendo em vista que a participação no projeto é mensal, esses números se modificam mensalmente. Por isso, utilizaram-se os números coletados no início desta pesquisa, já descritos acima.

3.2.1 População Alvo

A população alvo foi selecionada segundo um critério de inclusão, sendo que nessa pesquisa são homens e mulheres privados de liberdade que participam do Projeto remição pela leitura em duas unidades prisionais. Perfazendo um total de 300 detentos (as), números esses que se modificam todos os meses.

3.2.2 Amostra

Para que fosse possível essa investigação se trabalhou com uma amostragem de 30 detentos (as). Foram coletados dados de 10% dos (as) 300 detentos (as) participantes do Projeto remição de pena pela leitura nas duas unidades, ou seja, cerca de 30 detentos (as), sendo 15 homens e 15 mulheres.

3.2.3 *Lócus* da Pesquisa

Os dados para a pesquisa foram coletados no Complexo Penitenciário de Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba, onde está concentrada a maior parte da população prisional do Paraná, sendo as duas unidades selecionadas as maiores do Estado. São elas: a Penitenciária Central do Estado - Unidade de Segurança (PCE-US) e na Penitenciária Feminina do Paraná (PFP).

3.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Foi elaborado o Instrumento de Coleta de Dados (ICD), questionário, aplicado nas duas unidades penais, PCE-US e PFP. Os dados foram coletados em sala de aula, pela própria pesquisadora, durante os atendimentos presenciais com professor.

Devido à própria condição do cárcere, optou-se estrategicamente pela aplicação dos questionários, pois "pode-se verificar que o questionário constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato" (GIL, 2002, p.115).

O ICD foi construído com três campos investigativos fundamentais com vistas a identificar em primeiro lugar, o perfil do (a) detento (a) que participa do projeto de remição de pena pela leitura no Paraná. Em um segundo momento, a relação desse perfil com o gênero literário escolhido pelo (a) detento (a). E por último, a aplicação dos critérios avaliativos propostos pela lei na ótica do (a) detento (a) (APENDICE II).

3.4 ETAPAS DA PESQUISA

Em um primeiro momento a pesquisa consistiu no levantamento bibliográfico a cerca da temática do Projeto remição de pena pela leitura, por meio da leitura e fichamento de artigos, dissertação de mestrado, revistas e livros. Também foi utilizado como fonte o material informativo produzido pelo Estado sobre o assunto. Ainda, consulta à legislação vigente que normatiza a execução da lei no âmbito estadual e nacional.

A segunda etapa foi a formalização do pedido de autorização para realização de pesquisa no sistema prisional. Por meio de um ofício, pesquisadora e orientadora, solicitaram autorização para entrada nas unidades penais para acompanhamento e coleta de dados. O pedido foi encaminhado à direção-geral do Departamento Penitenciário do Estado e deferido. (ANEXO III).

Em seguida, foi elaborado o Instrumento de Coleta de Dados que consistiu na aplicação de questionário. Após a elaboração, a quarta etapa foi de aplicação dos questionários nas duas unidades prisionais escolhidas, uma feminina e outra masculina.

Na sequência, foi realizada a análise, tabulação e interpretação dos dados coletados. A sexta etapa foi redação deste do Trabalho de Conclusão de Curso. Houve ainda, a publicação de parte deste trabalho na II Jornada Internacional de Leitura, Escrita e Sucesso Escolar, realizada em setembro deste ano, no Instituto de Educação da Universidade do Minho, em Braga, Portugal.

3.4.1 DESAFIOS DA COLETA DE DADOS

Quando se aproximou a data agendada para coleta de dados, início do segundo semestre, se notou uma atmosfera completamente diferente no sistema prisional. Os professores e servidores que anteriormente haviam sido extremamente solícitos em auxiliar na pesquisa estavam revoltados e desacreditados. Tal situação se deu por conta de uma mudança na política do governo. Sem aviso prévio ou discussões, os professores foram comunicados que seus contratos para atuarem no sistema prisional seriam suspensos em dezembro deste ano. Um Processo Seletivo Simplificado (PSS) seria realizado para contratação de novos professores. Os que prestavam trabalho há anos para o sistema prisional teriam que retornar para suas escolas de origem, interrompendo assim um ciclo de trabalho. A justificativa governamental foi o de corte de custos, pois segundo o governo, o percentual pago aos professores que atuam no sistema prisional foge à realidade e precisava urgentemente ser revisto. Os professores fizeram protestos, recolheram assinaturas, estiveram na bancada de deputados para tentar reverter à situação, em vão. O governo não recuou.

A primeira coleta de dados ocorreu na Penitenciária Central do Estado - Unidade de Segurança. A pesquisadora participou do atendimento presencial ofertado pelo professor responsável pelo Projeto remição pela leitura na unidade. Como de praxe naquele local, o atendimento aconteceu no pátio de sol da penitenciária. Os alunos ficaram soltos, enquanto que o professor se posicionou atrás de uma grade. No local não havia carteiras ou cadeiras. Os alunos retiravam pranchetas e canetas com o professor, tudo devidamente anotado e controlado para que ao final fossem devolvidas “por motivos de segurança”. O professor apresentou a pesquisadora aos alunos e explicou o motivo de sua visita. Os participantes foram informados pela pesquisadora que a participação era voluntária. Todos os presentes

fizeram questão de participar. Sentados no chão e com suas pranchetas em mãos responderam as questões. Em um único dia foi possível coletar a amostra necessária para a realização desta pesquisa.

Já a coleta de dados na Penitenciária Feminina do Paraná exigiu maior esforço. O atendimento realizado pela professora do Projeto de remição acontece em uma sala de aula bem estruturada. Novamente, a pesquisadora foi pessoalmente coletar os dados, mas necessitou realizar diversas tentativas em dias distintos, pois muitas mulheres se recusavam a participar da pesquisa, pois relatavam falta de interesse. Após quatro visitas, foi possível coletar a amostra necessária para a pesquisa. No primeiro dia, foi possível presenciar uma discussão entre detenta e professora. A aluna se recusava a reescrever seu texto porque não concordava com as correções feitas pela professora orientadora. Já a professora tentava explicar que era preciso fazer adequações para que o texto ficasse correto, pois do jeito que estava ela não poderia aprovar. A pedagoga responsável pela unidade precisou mediar à situação e a aluna aceitou a atender as solicitações da professora e reescrever seu texto. O comportamento defensivo das mulheres surpreendeu. Uma hipótese para tal cenário possa ser as recentes mudanças ocorridas na unidade. Antes havia duas penitenciárias femininas em Piraquara, devido à necessidade de vagas masculinas, a administração revolveu desativar uma delas e transferir todas as presas para uma única unidade. Esse movimento gerou conflito, inclusive uma rebelião recente. Após o episódio, as rotinas de segurança foram reforçadas, muitos projetos e eventos foram cancelados. A restrição de liberdade aumentou. Portanto, é compreensível tal ocorrência. Para Proença (2015), essas atitudes são resultados das ações ostensivas do Estado, pois, a prisão

Por ser um local de repressão ao crime, apresenta um conjunto de regras e normas como forma de coerção para produção de sujeitos dóceis e úteis. O poder disciplinar utiliza práticas de aviltamentos para ajustar o cotidiano e demonstrar a hierarquia interna vigente (p. 15).

4 LENDO E INTERPRETANDO A LEITURA NO CÁRCERE

4.1 PERFIL SOCIOECONOMICO E EDUCACIONAL

Com a finalidade de conhecer o contexto de vida dos (as) detentos (as) participantes do Projeto remição de pena pela leitura, foi aplicado um questionário com o objetivo de traçar o perfil econômico e educacional desses sujeitos no momento em que foram presos, até o momento atual. A intenção é de propiciar maior familiaridade com essas vivências e identidades, pois para Macedo e Moreira (2002), a identidade é

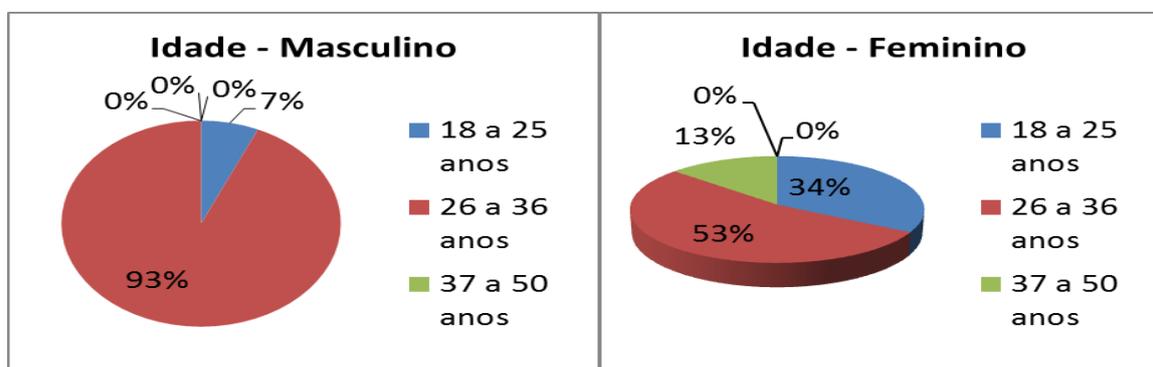
[...] parte fundamental do movimento pelo qual os indivíduos e os grupos compreendem os elos, mesmo imaginários, que os mantêm unidos. Compartilhar uma identidade é participar, com outros, de determinadas dinâmicas da vida social- nacional, religiosa, linguística, étnica, racial, de gênero, regional, local (p.13)

Para isso, a análise desses perfis econômicos e educacionais foi dividida em três etapas, sendo elas: dados pessoais, trajetória escolar e a última situação penal.

4.1.1 Dados pessoais

Em um primeiro momento se identificou a idade dos (as) presos (as) que participam do Projeto remição de pena pela leitura nas duas unidades penais selecionadas, como se pode observar no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Idade dos (as) detentos (as)



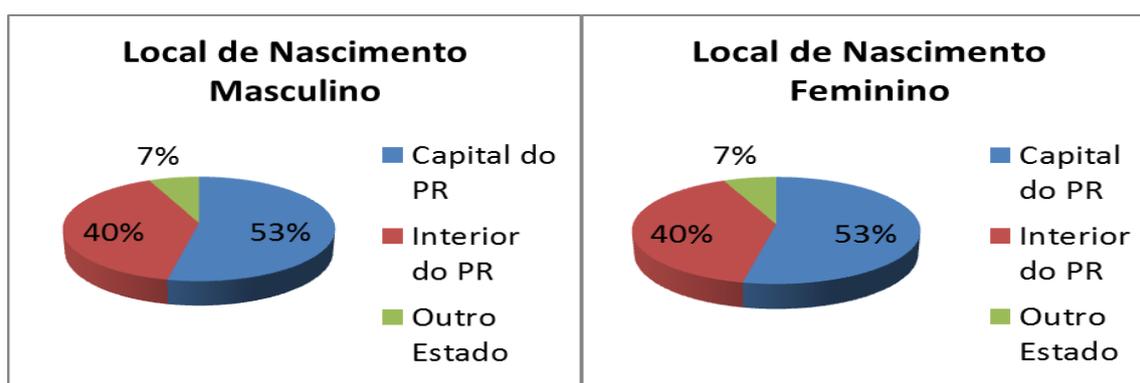
Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

No Gráfico 1, nota-se que em ambos os sexos a faixa etária predominante está concentrada entre 26 a 36 anos, sendo que no público masculino quase que em sua totalidade, com 93% deles.

A segunda faixa etária mais recorrente que pode ser observada no Gráfico 1 esta entre 18 a 25 anos. Com isso, percebe-se que o perfil do (a) preso (a) que participa do Projeto remição de pena pela leitura é bastante similar com o perfil do (a) detento (a) no Brasil. Em seu levantamento sobre o perfil dos (as) detentos (as), Carvalho (2012) identificou que “os estudos sobre o perfil do interno penitenciário brasileiro evidenciam que são em sua maioria: 73,83% jovens entre 18 a 34 anos — idade economicamente produtiva” (p. 101).

Dados que também foram identificados por Monteiro e Cardoso (2013). “De toda a população prisional brasileira em 2010, 58% encontravam-se na faixa de 18 a 29 anos. É um quadro complexo que se delinea com a inserção precoce nas penitenciárias e contribui para uma “carreira criminosa”” (p. 102). Dessa forma, se constata que a população prisional, inclusive aquela que participa do Projeto remição de pena pela leitura, é extremamente jovem. O Gráfico 2 apresenta informações sobre o local de nascimento dos participantes do Projeto remição de pena pela leitura.

Gráfico 2 – Local de Nascimento



Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

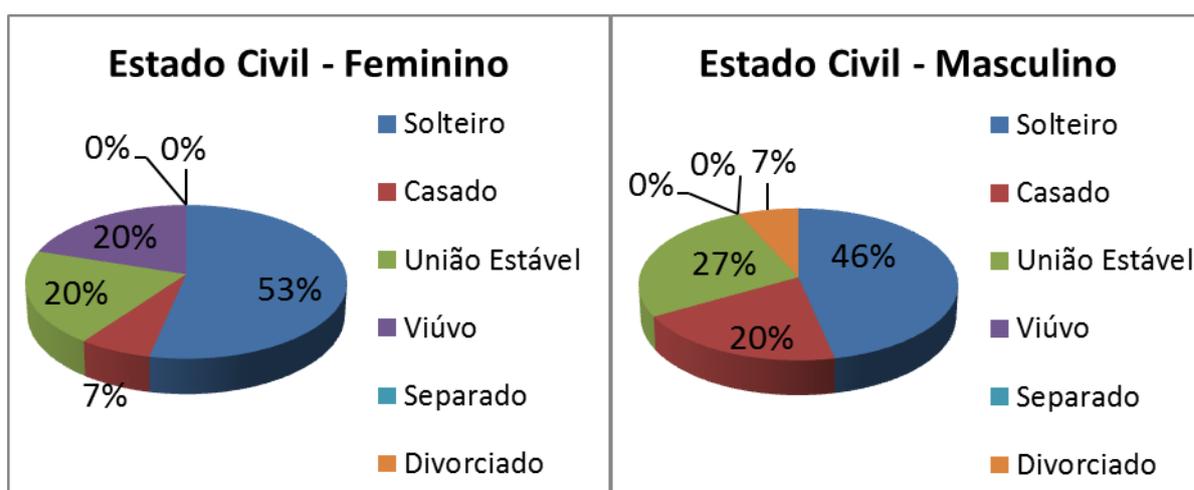
Percebe-se que, coincidentemente, ambos os sexos apresentaram os mesmos números quantitativos, ou seja, 53% deles nasceram na região da capital do Estado. Tendo em vista que as unidades pesquisadas estão localizadas em

Piraquara, Região Metropolitana de Curitiba, esse dado pode ser visto com naturalidade. No entanto, é preciso observar que 40% desse público nasceram em cidades do interior do Paraná.

Uma das explicações possíveis para terem vindo para a região da Capital e cometer delitos, talvez seja a falta de oportunidades de trabalho em seus locais de origem. Nesse aspecto, Dos Santos e Kassouf (2008), acreditam que as teorias econômicas podem ajudar a esclarecer as causas da criminalidade, já que para eles as “causas fundamentais são estruturais e ligadas às oportunidades e condições de vida dos indivíduos” (p. 367).

Verifica-se no Gráfico 3, o estado civil dos participantes do Projeto remição de pena pela leitura. Em ambos os sexos, nota-se que a maioria é solteiro, sendo 53% nas e 46% dos homens.

Gráfico 3 – Estado Civil dos (as) detentos (as)



Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

Em segundo lugar, prevalece nos dois públicos a união estável. A alto índice de pessoas solteiras pode ser explicado pela precoce idade desses (as) detentas (as), ou ainda, pela própria atividade criminosa que dificulta o estabelecimento de vínculos afetivos e familiares. Para De Jesus *et al.*, o aprisionamento traz como consequência o rompimento de vínculos, pois o

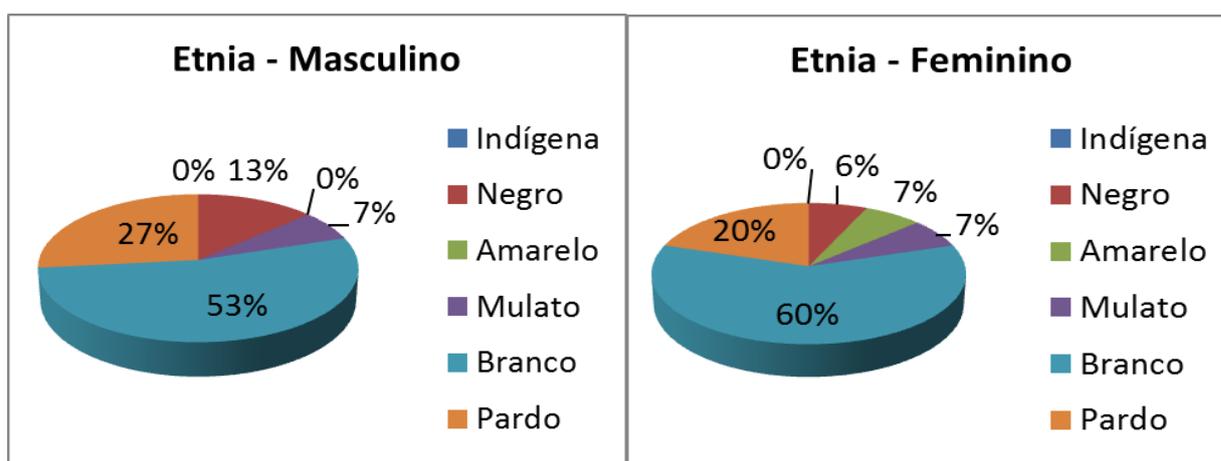
[...] envolvimento com a criminalidade pode desencadear uma ruptura familiar que precede o encarceramento. Por compreender as dificuldades em manter os vínculos familiares, [...] os detentos veem com ceticismo a possibilidade de

reatar as relações ou os laços quando se encontrarem fora dos muros da prisão. (22).

Outros dados que se destacam é que 20% dos homens disseram ser casados, enquanto que apenas 7% das mulheres apresentaram essa informação. Ainda, cerca de 20% das mulheres, disseram ser viúvas. Isso reflete a carência afetiva, principalmente amorosa, relatada por mulheres privadas de liberdade que se sentem muitas vezes abandonadas durante o cárcere. Em sua pesquisa, Frinhani e Souza (2005), apontaram que a falta de uma companhia foi apontada pelas mulheres “como fator que torna a existência prisional mais sofrida. Ressaltam que sentem falta de relacionamentos afetivos e sexuais” (p. 75).

O Gráfico 4 apresenta a etnia indicada pelos participantes do Projeto região de pena pela leitura. Em sua totalidade, ambos os sexos são de cor branca, seguida da cor parda. No público masculino, apenas 13% se consideram negros, enquanto que no feminino, apenas 6%. Consideram-se mulatos, 7% dos homens e também 7% das mulheres. Não foram identificados amarelos e indígenas no grupo masculino. No público feminino, 7% se consideram amarelo e não houve nenhuma mulher declarada indígena.

Gráfico 4 – Etnia dos (as) detentos (as)



Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

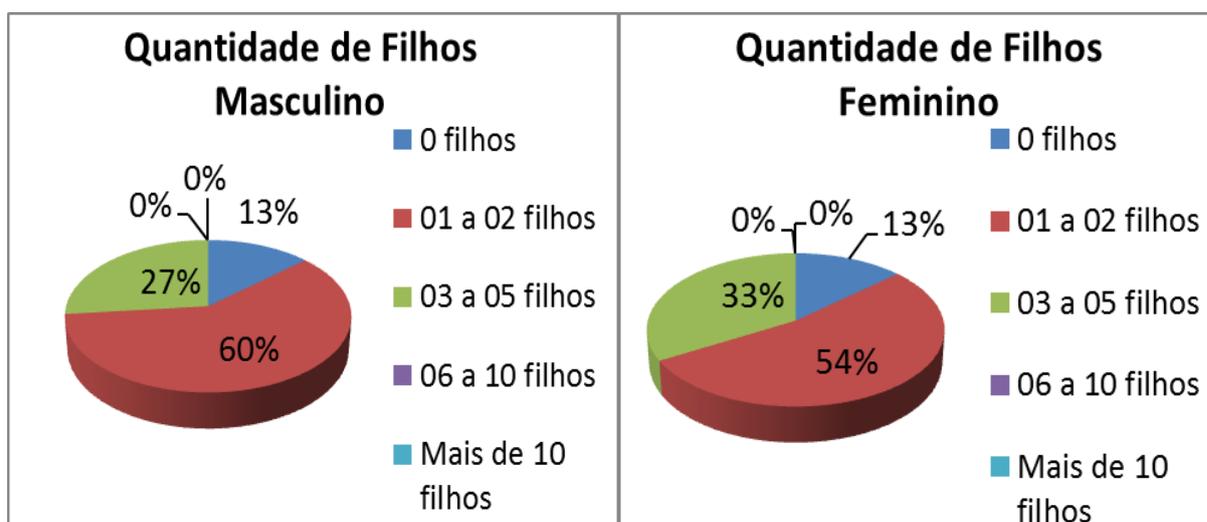
Os dados de etnia se destacam e caminham na contramão dos dados nacionais. Em seus estudos, Carvalho (2012), identificou que no Brasil 56,43% são pretos e pardos (p. 101). Nesse mesma perspectiva, Monteiro e Cardoso (2013),

identificaram que 60% dos presos no país são negros e pardos, enquanto 37% são brancos (p. 106).

Ambos os autores citados identificaram a vulnerabilidade social, a intensidade da pobreza, entre outros, como indicadores de diferença marcantes entre os negros e os brancos no Brasil. No Paraná, não se pode basear nas mesmas afirmações. Embora as diferenças sociais marcadas pela cor também estejam presentes aqui, elas acontecem em menor escala, já que devido à colonização predominantemente de origem europeia, a população no Estado é formada, em maioria, por indivíduos da cor branca.

O Gráfico 5 mostra que a maior parte do público analisado, tanto homens como mulheres, possuem entre 1 a 2 filhos, sendo 60% e 54%, respectivamente. Cerca de 27% dos homens e 33% das mulheres possuem de 3 a 5 filhos. Apenas 13% da população analisada não possui filhos.

Gráfico 5 – Números de Filhos



Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

A partir desta constatação, nota-se que esses filhos também são vítimas do encarceramento dos pais. Muitas crianças acabam crescendo longe de uma figura materna ou paterna devido ao cumprimento da pena. Para Ormeño, Maia e Williams (2014), embora a maioria dos homens e mulheres encarcerados seja pai ou mãe, “não existe uma estimativa específica mundial sobre quantas crianças encontram-se separadas de seus pais ou cuidadores devido ao encarceramento” (p.143). Sobre

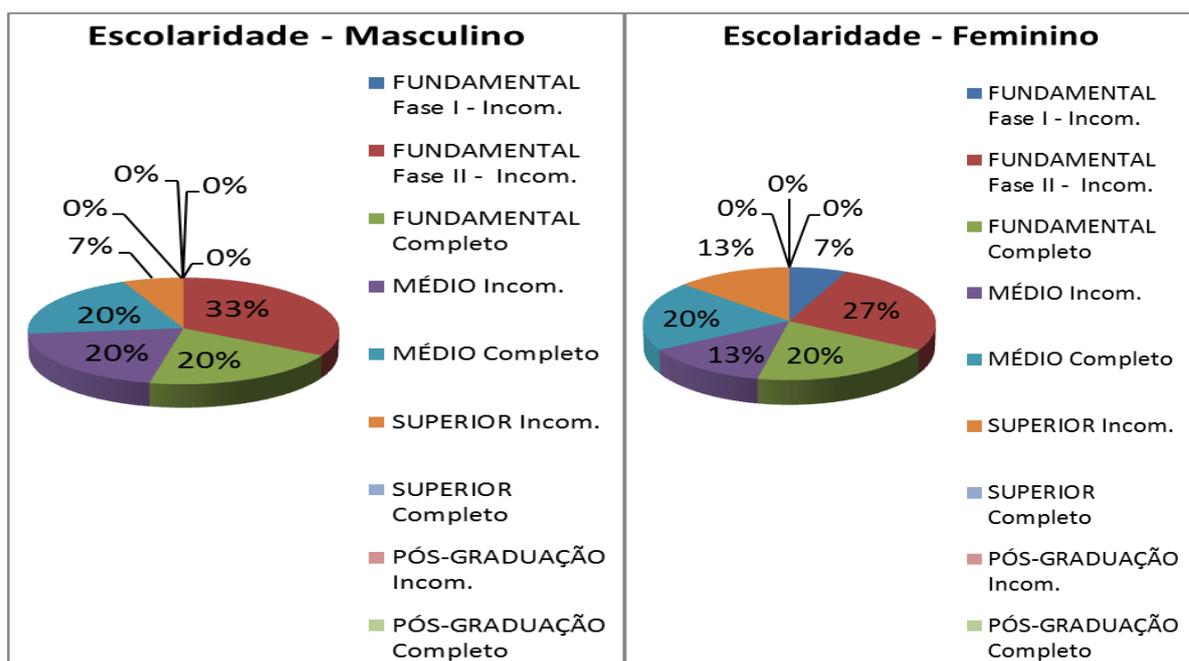
isso, os autores dizem que é urgente a realização de pesquisa direcionada a crianças, face às consequências do encarceramento parental, pois

[...] presenciar ou ter um de seus progenitores na prisão pode ser um fator de risco para o ingresso no mundo criminal. Portanto, se faz necessário caracterizar e descrever em qual estágio as crianças se encontram e realizar intervenções sistemáticas com o intuito de diminuir possíveis problemas já instalados, visando diminuir os riscos de que essas crianças ou adolescentes se tornem a próxima geração de encarcerados, por estarem expostos aos mesmos fatores de risco do que seus pais (ORMEÑO; MAIA; WILLIAMS, 2014,p. 158)

4.1.2 Trajetória Escolar

Com objetivo de caracterizar a trajetória escolar das pessoas privadas de liberdade que participam do Projeto remição de pena pela leitura, no Gráfico 6, nota-se que a maioria dos (as) detentos (as) analisados (as) cursou apenas até a segunda fase do Ensino Fundamental, mas não conseguiram concluir. As trajetórias escolares femininas e masculinas não apresentam muitas diferenças. Ambos possuem baixa escolaridade. O que demonstra que o perfil deste público, apesar de estarem inseridos em uma atividade de ensino, é muito similar ao nível de escolaridade da população carcerária no país.

Gráfico 6 – Escolaridade



Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

Monteiro e Cardoso (2013), em sua pesquisa sobre o perfil do (a) preso (a) no Brasil, identificaram que em 2010, 77% da população prisional brasileira não havia passado do Ensino Fundamental. Dado semelhante foi detectado por Carvalho 2012, que levantou que 65,71% dos presos brasileiros não completaram o Ensino Fundamental e, portanto, possuem uma escolaridade deficiente (p. 101).

Pires e Gatti (2006), diz que se percebe “claramente a predominância da baixa escolaridade entre os detentos e, com isso, a urgente necessidade de investimento em educação” (p. 60).

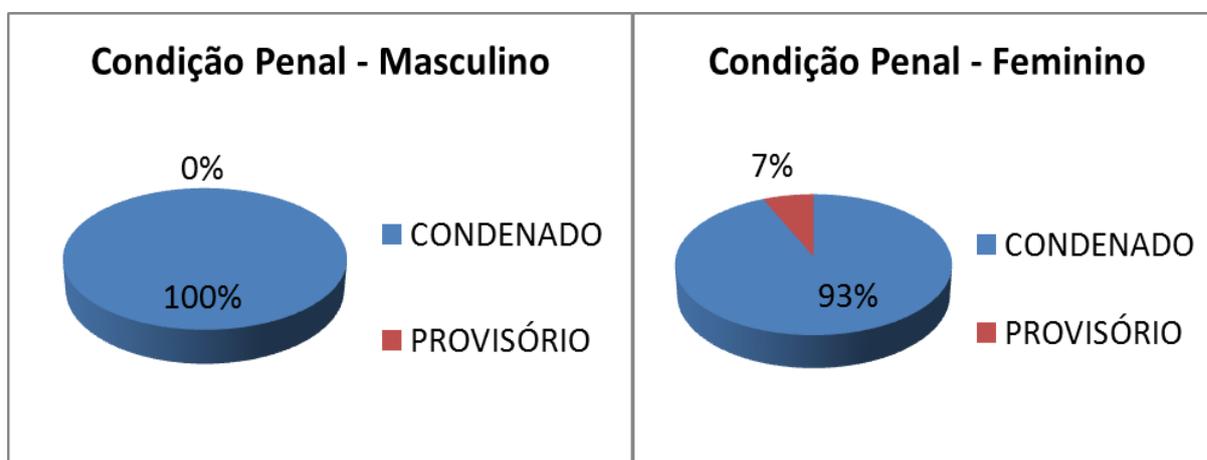
Além da necessidade urgente de oferecer e se ampliar a oferta educacional nos presídios, outro desafio é vencer a barreira econômica, pois muitos (as) detentos (as) optam por trabalhar ao invés de estudar, já que o trabalho prisional gera renda que pode ser repassada para a família do (a) detento (a).

Para Carvalho (2012), um dos agravantes na oferta educacional nas prisões “é a falta de flexibilidade dos horários para o estudo que em sua maioria acontecem no período da manhã e tarde, não favorecendo a conciliação trabalho e educação” (p. 102).

4.1.3 Situação Penal

A análise da condição penal dos participantes do Projeto da remição de pena pela leitura estão apresentados no Gráfico 7.

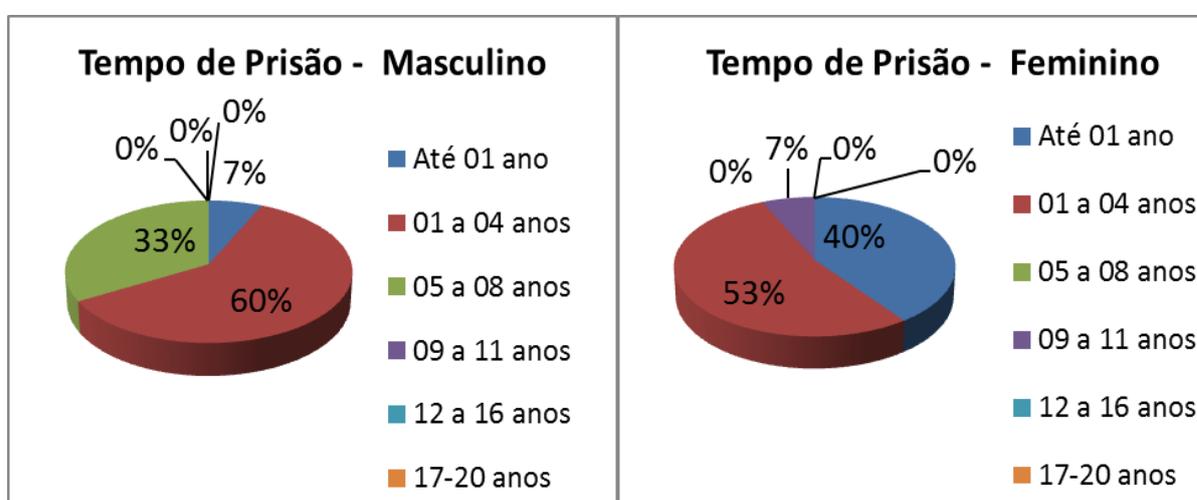
Gráfico 7 – Condição Penal



Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

Pode-se observar no Gráfico 7 que todos os presos masculinos investigados já possuem condenação da pena. No sexo feminino, 93% são condenadas e 7% são provisórias. Sobre isso, vale ressaltar que a unidade prisional visitada é preferencialmente destinada ao recebimento de presos já condenados. Já a unidade feminina é a única existente na região de Curitiba, por isso possui presas condenadas e provisórias em um mesmo espaço. Já no Gráfico 8 estão revelados os tempos de prisão.

Gráfico 8 – Tempo de Prisão



Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

Sobre o tempo de prisão se pode afirmar que os resultados apresentados foram bastante similares. A maior parte dos (as) detentos (as) possui de 1 a 4 anos de prisão, sendo homens 60% e mulheres 53%. No caso dos homens 33% possui tempo de prisão de 5 a 8 anos. As mulheres apresentaram um índice de 40% de prisão de até um ano, uma explicação possível para esses índices são os constantes mutirões carcerários voltados especialmente para o público feminino, o que pode ter contribuído para esse menor tempo de prisão das mulheres no Paraná.

Segundo Monteiro e Cardoso (2013), “os presos com o tempo total da pena de até 4 anos, normalmente, são aqueles que cometeram pequenos crimes” (p. 105), encaminhados à reclusão por um cultura social de encarceramento. Com isso, o que se vê é que:

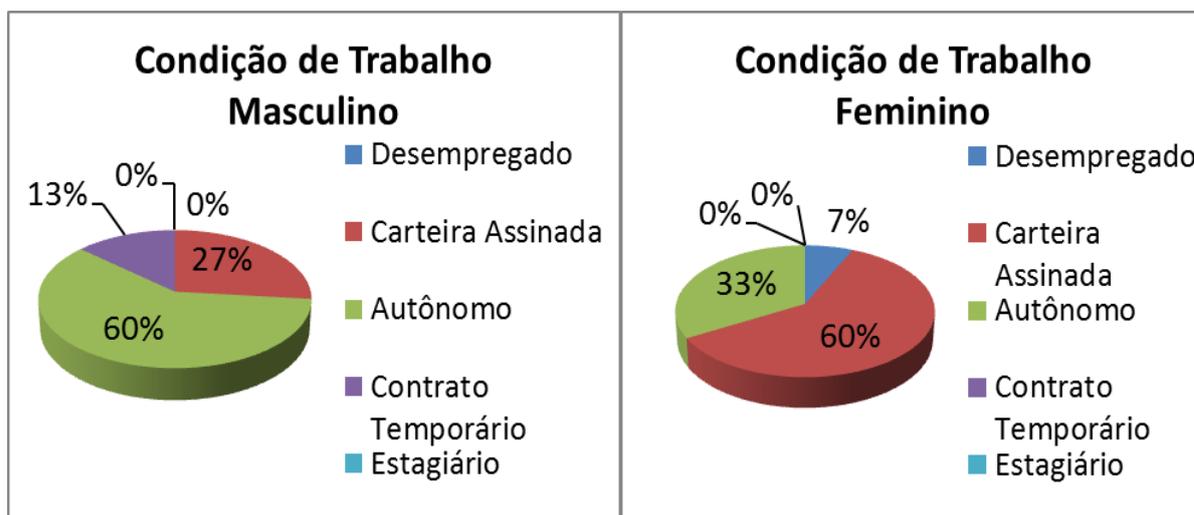
[...] privilegia-se uma política de encarceramento que está baseada muitas vezes na pressão da sociedade e da mídia por mais segurança. Em nenhum momento ocorre a problematização dessas ações e nem mesmo o mínimo de reflexão sobre as causas que levaram a uma situação tão crítica. É necessário conhecer essa dinâmica, e especialmente as pessoas que estão sendo presas (MONTEIRO; CARDOSO, 2013, p. 105).

Tendo em vista a impossibilidade de se tabular todos os diferentes artigos criminais identificados, haja vista a intensa ficha criminal da maioria dos pesquisados, foi possível perceber que as práticas delituosas mais recorrentes são as de crimes contra o patrimônio, roubo e furto, e o envolvimento com o tráfico de drogas.

Nesse sentido, “as prisões não estão repletas de criminosos perigosos e violentos, mas de condenados por negócios com drogas, furto, roubo ou atentados à ordem pública, ou seja, condenados caracterizados por crimes não violentos” (MONTEIRO; CARDOSO, 2013, p. 104).

No Gráfico 9, os dados apresentados revelam a condição de trabalho antes da prisão da pessoa privada de liberdade que participa do Projeto remição de pena pela leitura.

Gráfico 9 - Condição de Trabalho antes da prisão



Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

As condições de trabalho de homens e mulheres foram bem diferentes. Enquanto que 60% dos homens quando foi preso trabalhava de forma autônoma

(informal), 60% das mulheres trabalhava com carteira assinada quando foi presa. Apenas 27% dos homens disseram trabalhar com carteira assinada antes da prisão. Nenhum dos homens se disse desempregado, enquanto que 7% das mulheres disseram não possuir nenhum emprego. Um dos motivos para o alto índice do trabalho autônomo e informal é a baixa escolarização apresentada por esses (as) detentos (as). Para Monteiro e Cardoso (2013),

A reclusão que antes visava o controle das populações desviantes passa a assumir um lugar central no sistema de controle do mercado de trabalho desqualificado, guetos urbanos com vistas a apoiar a disciplina do trabalho assalariado dessocializado (p. 105).

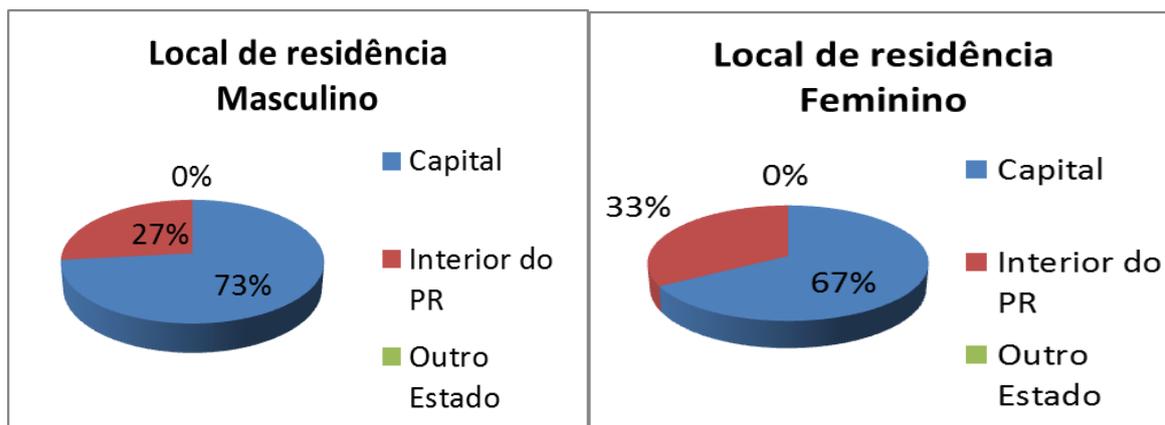
Sobre a maioria das mulheres possuir carteira assinada antes da prisão, vale refletir que embora estivessem empregadas “não podemos desconsiderar as dificuldades laborais das mulheres, sabendo que na divisão sexual do trabalho a elas cabem as tarefas mais fatigantes, desvalorizadas socialmente e os menores salários” (GUIMARÃES *et al.*, 2006, p. 52).

Outra possibilidade é que algumas mulheres, embora não tenham internizado as práticas criminosas em seu cotidiano procurando manter assim uma vida “comum”, são flagradas muitas vezes em delitos pelo envolvimento criminoso de seus parceiros. Neste sentido, Frinhani e Souza (2005), destacam em seu estudo que “de uma forma ou de outra as entrevistadas se referem a algum homem como sendo o responsável, direto ou indireto, pela sua inserção na criminalidade ou sua prisão” (p. 73).

Com a difícil missão de sustentar a família, em alguns casos sofrendo pela ausência do companheiro que se encontra preso ou simplesmente abandonou o lar, muitas mulheres ainda que tenham oportunidade de trabalho, recorrem a atividades ilícitas mais rentáveis para dar conta de necessidades imediatas do lar, pois “geralmente estas mulheres são o epicentro financeiro da casa, onde a manutenção da mesma só depende dela” (DE CÁSSIA SALMASSO, 2004, p. 23).

O local de residência dos participantes do Projeto da remição de pena pela leitura quando foram presos, pode ser observado no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Local de residência quando foi preso (a)

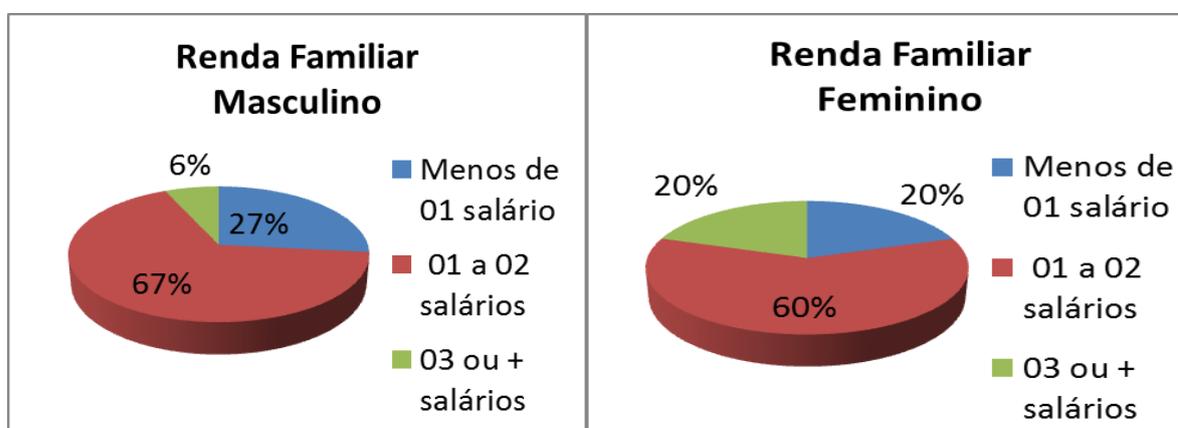


Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

Nota-se que, em ambos os sexos, a maioria foi preso (a) na região da Capital do Estado. Em segundo lugar, um número significativo de pessoas detidas quando residiam no interior, apesar do cumprimento de pena ocorrer em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba. Sobre essa questão, podemos refletir sobre a dificuldade de se manter laços afetivos quando a família se encontra a quilômetros de distância, os custos econômicos que implicam esses deslocamentos para visitas familiares, a falta de notícias, entre outras dificuldades que a distância pode acarretar. Em contraponto, a grande maioria por residir em Curitiba pode contar com o apoio e visitas familiares mais constantes, recebimento de sacolas com alimentos perecíveis e materiais de higiene que podem ser entregues quinzenalmente.

No Gráfico 11, mostra-se a renda familiar dos pesquisados na época em que foram presos.

Gráfico 11 – Renda familiar quando foi preso (a)



Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

Como se pode observar tanto homens como as mulheres possuíam uma renda familiar de 1 a 2 salários mínimos. Cerca de 27% dos homens e 20% das mulheres tinham renda mensal menor do que um salário mínimo. A partir das informações identificadas acima, constata-se que os (as) detentos (as) que participam do Projeto remição de pena pela leitura são economicamente desfavorecidos. Considerando as informações já levantadas anteriormente em que se mostrou que a maioria dos (as) presos (as) possui filhos, baixa escolaridade e agora baixa renda, é possível afirmar que uma das motivações para a prática delituosa seja as dificuldades sociais, econômicas e culturais encontrada por esses sujeitos privados de liberdade ao longo da vida.

Nesta mesma perspectiva, Monteiro e Cardoso (2013), em suas pesquisas no âmbito do sistema prisional buscam considerar de maneira indispensável as desigualdades sociais, sendo que eles chamam:

[...] atenção para o “aspirador social” que se tornou o sistema prisional brasileiro, no qual o aumento de sua população deve-se mais a uma política de repressão e de criminalização à pobreza, do que a uma política capaz de diminuir as ocorrências criminais. Torna-se importante colocar o debate sobre a criminalidade em um plano que leve em consideração questões sobre desigualdade social e econômicas enquanto elementos partícipes dessa “equação”, acompanhados da discussão sobre o acesso à justiça (p. 101).

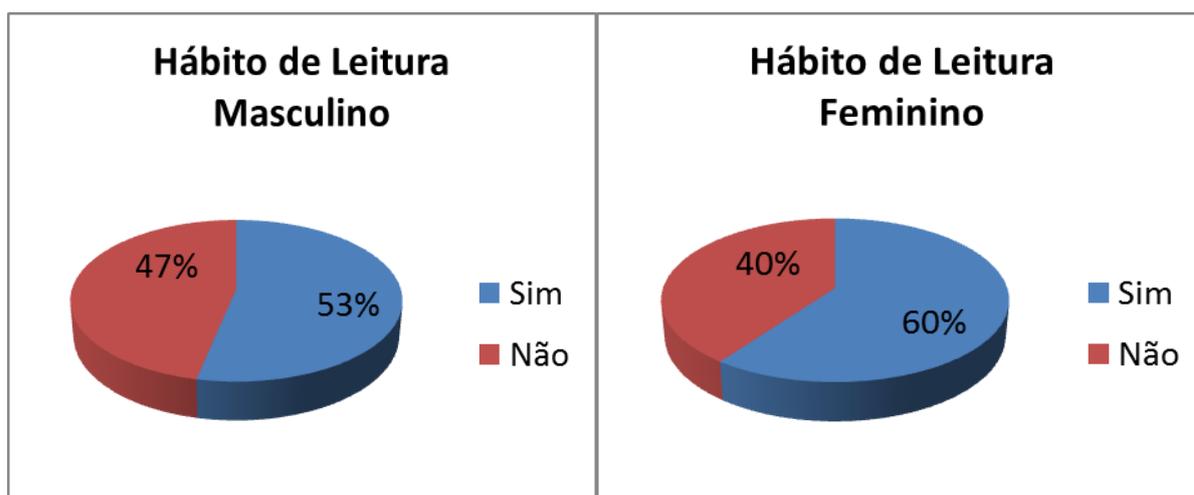
4.2 AVALIAÇÃO NA ÓTICA DO (A) DETENTO (A)

Neste ponto, analisa-se o Projeto remição de pena pela leitura na ótica do (a) detento (a). Para isso, pelas respostas ao questionário, se pode identificar: o hábito de leitura, razões pelo qual decidiu participar da iniciativa, como ficou sabendo da possibilidade de participar, gêneros literários mais lidos, avaliação do tempo para leitura, escrita e reescrita, avaliação da participação do professor/orientador nesse processo e quais critérios avaliativos considera mais importante.

4.2.1 Hábito de leitura

No Gráfico 12 é possível identificar o hábito de leitura antes do cárcere dos participantes da pesquisa.

Gráfico 12 – Hábito de Leitura



Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

Como se pode observar no Gráfico 12, em ambos os sexos, notou-se que o hábito da leitura é anterior à prisão, ou seja, em grande maioria, o hábito da leitura não foi desenvolvida pela educação prisional, ou ainda, no Projeto de remição de pena pela leitura. Em algum momento da vida ou trajetória escolar, esses indivíduos adquiraram o hábito da leitura.

Em contraponto, um número significativo de detentos (as) iniciou sua trajetória com os livros na prisão. Pois, 47% dos homens e 40% das mulheres, não tinham o hábito de ler antes do cárcere. O que exige do professor que os motivem a se expor a dois processos distintos, já que ao ingressarem no Projeto de remição pela leitura

[...] os educandos passam, ao mesmo tempo, por dois processos distintos de educação formal: no primeiro, são motivados ao contato com a literatura e, no segundo, há a obrigatoriedade da produção textual, na qual a escrita, que é outra modalidade da interação, pressupõe condições de produção e recepção diferentes daquelas atribuídas à leitura e à fala (PROENÇA, 2015, p. 54).

Cohen (2014) diz que para a leitura ser considerada uma prática abrangente ou completa, os professores devem “adotar os leitores mais diversos, incluindo aqueles que, por vezes, rejeitaram o hábito da leitura ou aqueles que tiveram que lutar em algum momento da vida para ter acesso a materiais de leitura” (p. 137).

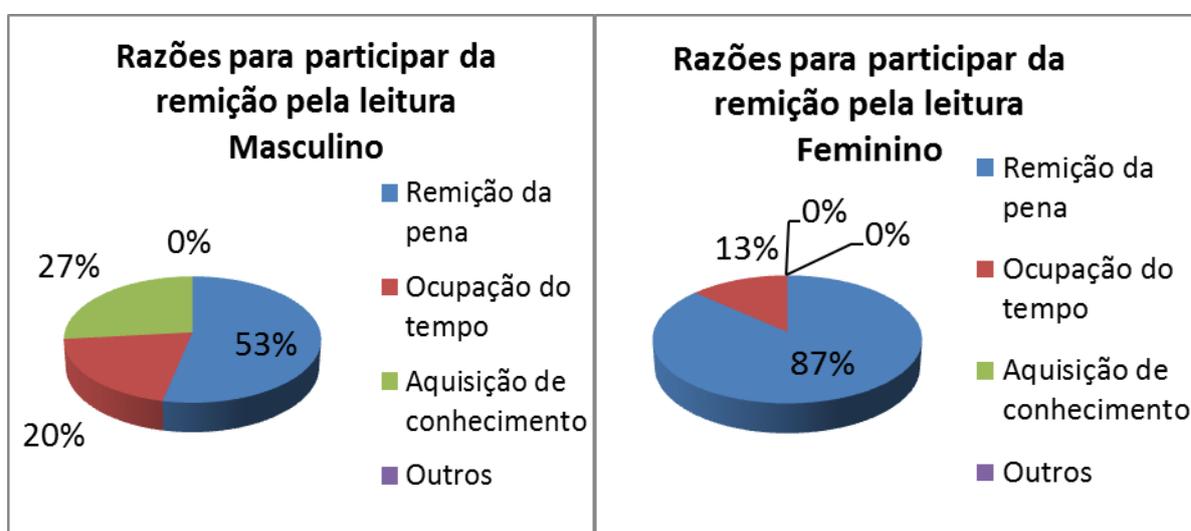
O autor diz ainda que os hábitos de leitura são formados de acordo com a “infraestrutura social” sujeito, pois “os significados atribuídos a uma leitura são influenciados por múltiplos fatores, entre eles a maneira pela qual o indivíduo

adquiriu seu letramento e, até mesmo antes disso, quando o indivíduo, na infância, ouviu alguém lendo para ele” (COHEN, 2014, p. 139).

4.2.2 Razões para participação do Projeto remição de pena pela leitura

No Gráfico 13 foram identificados os motivos que levaram os (as) detentos (as) participarem do Projeto remição de pena pela leitura. Foram elencadas três razões para que eles apontassem a participação no Projeto, sendo elas: redução da pena pela leitura, ocupação do tempo e aquisição de conhecimento. Ainda, deixou-se em aberto para que eles apontassem outras possibilidades.

Gráfico 13 – Razões para participar da leitura na remição de pena



Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

Como se pode observar, a maior parte dos sujeitos entrevistados disseram participar do Projeto remição pela leitura devido a possibilidade de redução da pena. Em segundo lugar, os homens elencaram como motivação a aquisição de conhecimento. Já para as mulheres, a segunda motivação é a ocupação do tempo. Nenhuma mulher elencou aquisição de conhecimento como um dos motivos para participar da remição. Além dos três motivos elencados, nenhuma outra motivação foi revelada na pesquisa.

Proença (2015), em sua pesquisa sobre a remição de pena pela leitura, realizada em Londrina com detentos homens, identificou que:

Para eles a oportunidade de participação no Projeto é também uma forma de “consertar”o que fizeram, como se o fato de estar ocupado, fazendo algo dentro da unidade penal, minimizasse sua culpa, mesmo sendo imposto, a

troca de dias da pena pela leitura e produção textual. A sensação que se tem é que estão se esforçando para merecer a liberdade (p.106).

A pesquisa de Proença (2015), não chegou a ouvir nenhuma detenta mulher. Mas devido ao perfil identificado em nossa pesquisa, nota-se que talvez o pouco tempo de prisão dessas mulheres, e conseqüentemente, menor tempo de participação no Projeto remição de pena pela leitura, seja um dos motivos para que não consigam perceber além do benefício legal que a leitura no cárcere pode proporcionar, que é a redução da pena. Além disso, outra constatação é que a mulher tem maior preocupação em abreviar o tempo de prisão por conta dos filhos, já que:

[...] a mãe, em nossa sociedade, ainda é a principal responsável pelos filhos, portanto ela assume um papel central na socialização dos indivíduos, na transmissão da cultura e até mesmo como figura comprometida em inserir as crianças em um meio socializador como a escola (STELLA, 2009, p. 300).

Nessa perspectiva, Stella (2009), diz que este panorama

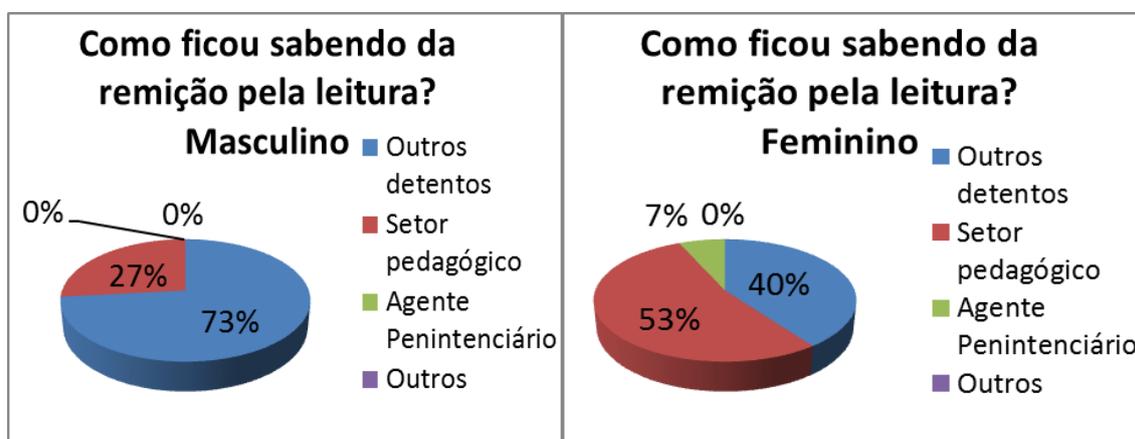
[...] reflete as dificuldades de a mulher exercer a maternidade no contexto prisional, especialmente denuncia a impossibilidade de acompanhar o processo educativo das crianças. Assim, a prisão da mulher interfere em todo processo de socialização da criança, o que pode não acontecer com os filhos de homens presos, já que a maioria está resguardada pelo amparo materno (STELLA, 2009, p. 300)

4.2.2.1 Como tomou conhecimento?

Durante a coleta de dados, os (as) presos (as) foram indagados sobre como ficaram sabendo da possibilidade de remir pena através da leitura. No questionário, elencou-se três possibilidades: por outros detentos que já haviam participado, pelo setor pedagógico da unidade e ou por agentes penitenciários, ainda se abriu a possibilidade para que eles apontassem outras maneiras.

No Gráfico 14, se pode notar que houve diferenças entre os públicos analisados. Cerca de 73% dos homens soube do Projeto remição de pena pela leitura por meio de outros detentos. Em segundo lugar, 27%, soube da iniciativa pelo setor pedagógico da unidade. No público masculino não foi possível identificar como fonte de informação o agente penitenciário.

Gráfico 14 – Conhecimento da remição



Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

Já no público feminino, o que se percebe é que a maioria, 53%, soube do Projeto remição de pena pela leitura por meio do setor pedagógico, enquanto que 40% soube por outras detentas e 7% ficou sabendo pelos agentes penitenciários.

Dessa forma, é possível notar que o Projeto remição de pena pela leitura é bem visto pelos (as) detentos (as) participantes, ao ponto de indicarem, recomendarem e promoverem a prática da leitura aos seus pares. Também demonstra o vínculo afetivo e de confiança que as pessoas privadas de liberdade depositam nos demais detentos (as).

Visivelmente destaca-se também o trabalho pedagógico desenvolvido nas duas unidades prisionais. Percebe-se que na unidade feminina a divulgação por parte do setor pedagógico se mostrou mais eficaz. Uma possibilidade de justificativa para essa diferença é que a Penitenciária Feminina possui uma estrutura física melhor, com espaços adequados para o atendimento da presa. Já na Penitenciária Central – Unidade de Segurança, os espaços são precários e a movimentação do preso é bastante limitada, o que dificulta o atendimento e acesso da equipe pedagógica.

Em sua pesquisa, Proença 2015, também destacou a participação da equipe pedagógica no processo de promoção da leitura, onde diz que cabe à Equipe Pedagógica:

[...] entrevistar, informar, apoiar e matricular os educandos interessados em participar do Projeto, além de acompanhar sua trajetória educacional na unidade em que cumprem sua pena. A equipe também é responsável por acompanhar os docentes inseridos no programa, orientando-os acerca das

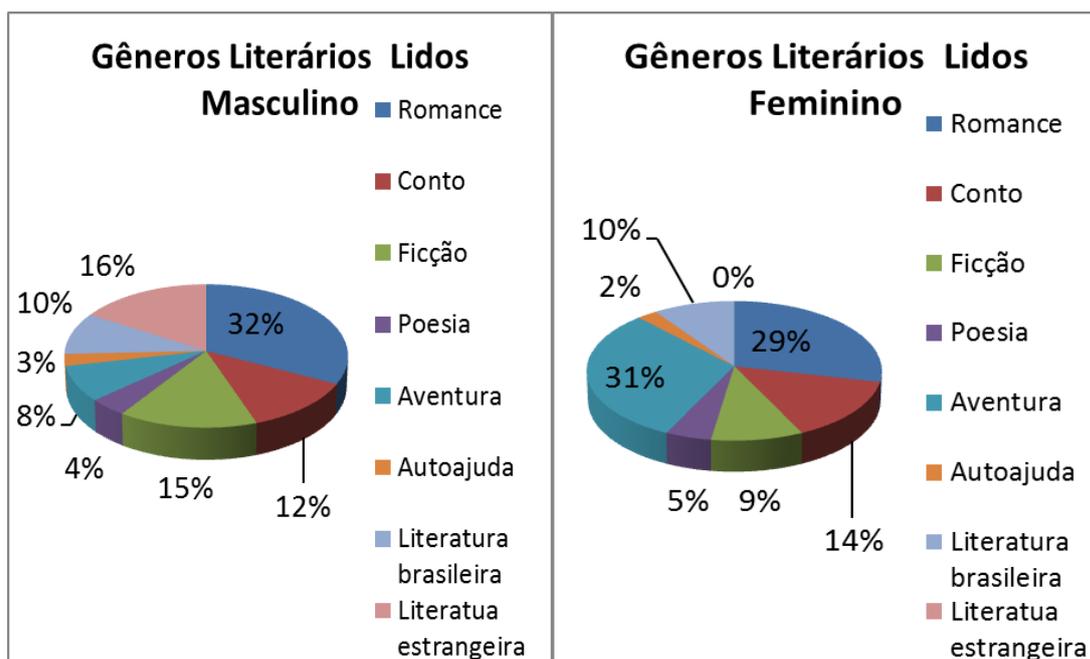
práticas educacionais para o público-alvo. Outra atribuição da Equipe Pedagógica das escolas em espaços prisionais, juntamente com a direção, é insistir na concretização de políticas públicas de direito ao educando custodiado: o estudo, o trabalho e a remição pela leitura (p. 43).

4.2.3 Gêneros literários lidos

Neste ponto, se buscou identificar os gêneros literários lidos pelo participantes do Projeto remição de pena pela leitura. Sabe-se que no Projeto, os professores/orientadores fazem uma pré-seleção das obras que podem ser lidas para fins de remição, dentre esses títulos estão diversos gêneros literários. De acordo com a lista disponível e aprovada, os detentos podem escolher a obra que lhes agrada. Com base nessas informações, foi solicitado que eles indicassem quais gêneros mais leram. Foram sugeridos alguns gêneros como também foi aberta a possibilidade para que indicassem outros que se fizessem necessários.

De acordo com os dados exibidos no Gráfico 15, percebe-se que a maior parte dos homens, 32%, prefere ler obras literárias de romance. Já as mulheres em primeiro lugar, 31%, preferem as obras de aventura. Esse dado é interessante, pois desmistifica o senso comum de alguns que acreditam que a preferência feminina é por romance.

Gráfico 15 – Gêneros Literários lidos



Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

Na sequência, 16% dos homens preferem ler literatura estrangeira, seguida de ficção com 15%. Já as mulheres, preferem em segundo lugar com 29%, ler obras de romance. Em terceiro lugar, a opção feminina é por conto.

Como se vê no Gráfico 15, ainda que haja certa prevalência entre um gênero literário e outro, é possível perceber que os (as) detentos (as) possuem acesso a diferentes tipos de obras literárias, ainda que os títulos passem por uma seleção. Sobre isso, Faria e Oliveira (2014), dizem que essa seleção previa é uma limitação desnecessária, pois

Selecionar ou restringir os livros que podem integrar o projeto parece mais uma tentativa de modificar, alterar o modo de pensar dos que estão na prisão, destruindo a liberdade de pensamento do sujeito e, pior, retirando o foco do projeto que é desenvolver o gosto pela leitura. Assim como ocorre fora da prisão, os apenados devem ter direito de selecionar suas leituras livremente e um projeto que pretende incentivá-los a ler não deve impor limitações. Ao impor tais limites, o projeto corre o risco de não conseguir convencê-los a gostar de ler de verdade e ainda contrariar os fundamentos constitucionais, como a autonomia individual e a liberdade de pensamento (p. 18).

Ainda Faria e Oliveira (2014) dizem que ao iniciar sua vivência na leitura é preciso que os (as) apenados (as) busquem fugir e escapar a lógica carcerária tão degradante. Portanto, o ideal é que:

[...] em um primeiro momento o preso encontre em suas leituras um meio de escape da lógica da prisão, para tanto, é essencial que seja livre para escolher o que mais gosta de ler. Em um segundo momento, o apenado se sentirá capaz de aprender, de criticar, de desenvolver suas habilidades como leitor, de conectar-se com o mundo a partir de suas leituras e de formar seu próprio conhecimento. Este processo será possível somente através do despertar do gosto pela leitura e pelo estudo, que só se adquire quando o aluno pode escolher o que quer aprender e ler (p. 19).

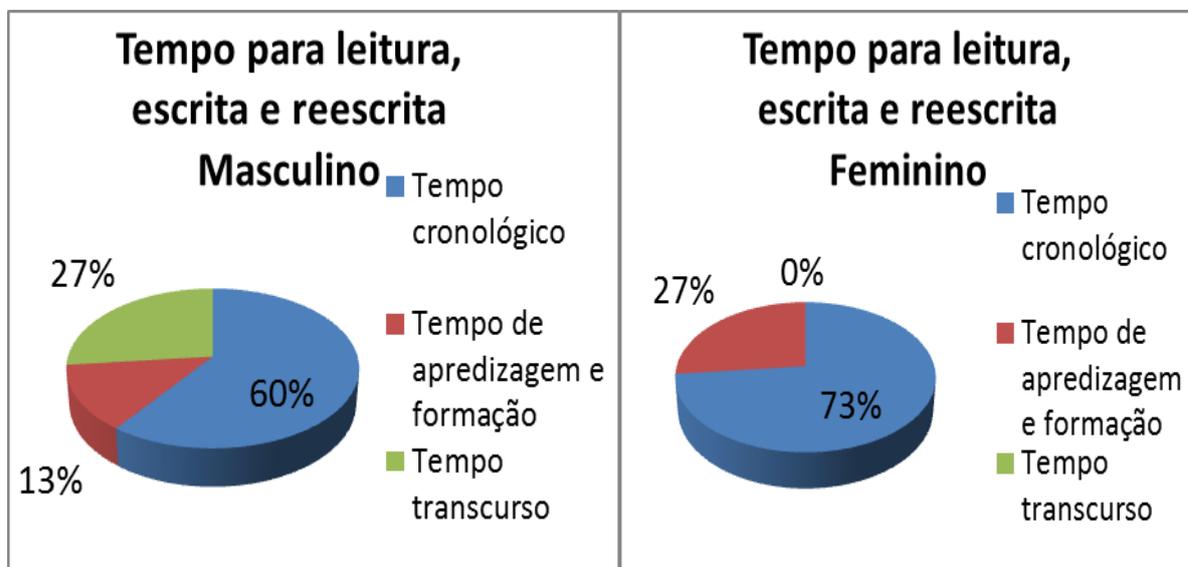
É possível que os gêneros literários apontados pelos (as) detentos (as) como os mais lidos sigam essa lógica de escape apontada pelos autores.

4.2.4 Tempo para leitura, escrita e reescrita

De maneira aberta, foi proposto aos participantes que discorressem sobre o que achavam do tempo para leitura, escrita e reescrita no Projeto remição de pena pela leitura. Como previsto, houveram diversas interpretações sobre a avaliação desse tempo. Com base nas respostas, o tempo foi agrupado em três categorias: o

tempo cronológico, tempo de aprendizagem e formação e o tempo transcurso, como pode ser observado no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Tempo para leitura, escrita e reescrita



Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

O dados demonstram que homens e mulheres, em sua maioria, responderam a pergunta sob o ponto de vista do tempo cronológico, ou seja, considera-se como tempo cronológico aqueles que disseram e opinaram a respeito dos prazos necessários para se fazer a leitura, escrita e reescrita, que é de no máximo 30 dias. Os (as) detentos (as) reforçam tal constatação quando afirmam que “O tempo na minha opinião é suficiente” (DETENTO, PCE-US, 2017), e “No meu ponto de vista teria que ser completado esse ciclo em 15 dias e não em 30 dias, pois ficamos alguns dias paradas durante o mês” (DETENTA, PFP, 2017). Ainda, sobre o tempo cronológico, a grande maioria dos participantes, se disse satisfeito com o tempo de 30 dias para realização da leitura, escrita e reescrita.

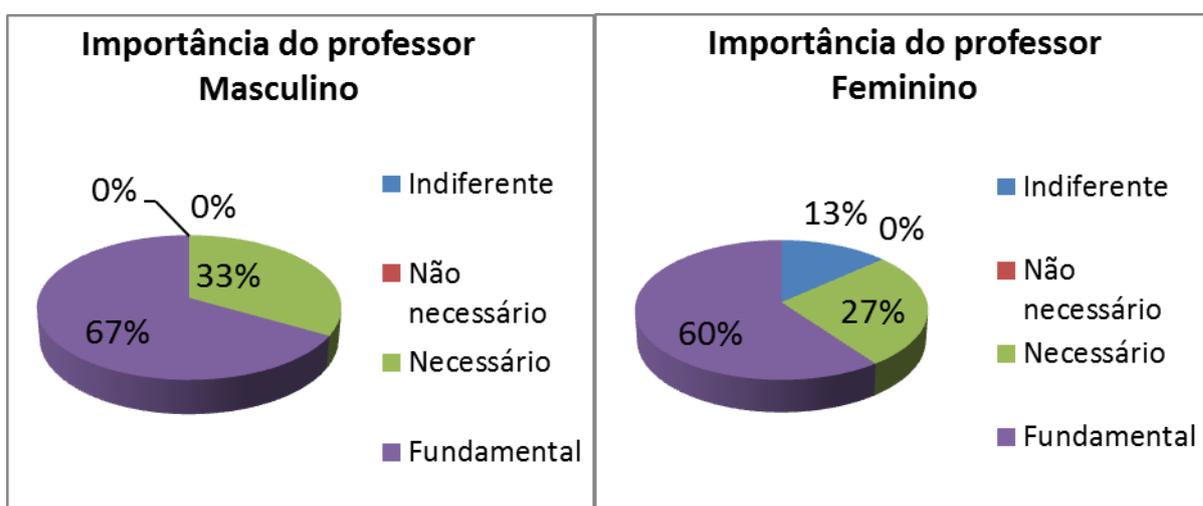
Para o tempo de aprendizagem e formação foram consideradas as respostas que atribuíam significados de conquista, ou seja, detentos (as) que interpretaram o tempo com um investimento pessoal, quando relatam “Eu acho muito bom ter a leitura na unidade prisional, pois ajuda muito bem a obter conhecimento e a educação entre nós mesmos (DETENTO, PCE-US, 2017), ainda, “Ótimo, pois possibilita mais conhecimento (DETENTA, PFP, 2017).

No tempo transcurso, foram consideradas as respostas dos (as) detentos (as) que observaram no tempo outras variantes que interferem na remição de pena pela leitura. Assim como, “O tempo é complicado pela demora dos funcionários para tirar para remição e infelizmente por motivos vários. Tem semana que não tem remição, porque o funcionário não tira, atrapalhando e atrasando nossa remição” (DETENTO, PCE-US, 2017). Nesse ponto, o detento se refere a dificuldade em conseguir participar do encontro presencial com o professor para que as avaliações sejam feitas e a remição possa ser computada de fato. Como a unidade penal em que ele está custodiado é de regime fechado, eles necessitam que os funcionários, ou seja, os agentes penitenciários, os retirem das celas e os encaminhem para as aulas. Ainda, outro problema levantado por eles foi de que “O tempo tá tranquilo, só acho que deveria ser outros tipos de livros, pois temos pouca variedade de temas” (DETENTA, PFP, 2017).

4.2.5 Importância da orientação pedagógica

O Gráfico 17, expõe as respostas dos participantes sobre qual a importância do professor na orientação e aprendizagem durante o Projeto remição de pena pela leitura. Diferentes opiniões surgiram, por isso os dados foram agrupados frente as respostas que se assemelhavam e se repetiam.

Gráfico 17 – Orientação Pedagógica



Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

Como se pode notar, homens e mulheres acreditam ser fundamental a participação do professor no processo de escrita e reescrita do texto. Para os participantes, o professor tem “Importância total, pois sem o professor ou orientação seria quase impossível realizar essas avaliações ou até mesmo a própria remição pela leitura, sendo assim o professor é de extrema importância” (DETENTA, PFP, 2017), e mais, “Importância máxima, pois ajuda todos que necessitam de orientação e instrução (DETENTO, PCE-US, 2017).

Como participação necessária foram consideradas as resposta que demonstraram a presença do professor sob o ponto de vista burocrático/processual. Pois, os (as) detentos (as) relataram que “A importância do professor é que ele corrige nossos erros de português” (DETENTO, PCE-US) e “Toda a importância porque é quem corrige e deixa no ponto exato para chegar até as mãos do juiz para que a remição seja válida” (DETENTA, PFP, 2017).

Os dados do público feminino apresentam que 13% são indiferentes a participação do professor. Neste caso, foram consideradas indeferentes as detentas que preferiram não responder essa questão.

4.2.6 Critérios Avaliativos

Com o objetivo de analisar o grau de importância dos critérios avaliativos propostos pela legislação vigente na ótica dos (as) detentos (as), foi solicitado aos presos (as) que identificassem seguindo uma ordem crescente, os critérios avaliativos mais importantes na opinião deles, conforme exposto na Tabela 1.

Tabela 1 – Critérios Avaliativos

Critérios Avaliativos	Descritores dos Critérios	Grau de Importância para o detento (a)	
		Feminino	Masculino
Coerência	Texto bem organizado e com boa argumentação.	1º	1º
Coesão	Ideia dos parágrafos bem “amarrada”, com sequência.	4º	3º
Ortografia	Escrita correta das palavras e letra legível.	2º	5º
Estética	Boa apresentação do texto, sem rasuras.	3º	4º
Limitação ao tema	Limitar-se ao conteúdo do livro.	6º	6º
Qualidade do Texto	Argumentação, objetividade.	5º	2º
Fidedignidade	Proibição de textos que sejam considerados plágios.	7º	7º

Fonte: Freire; Haracemiv (2017).

Na Tabela 1 foram elencados os critérios avaliativos que são utilizados pelos professores no momento da correção dos textos. Esses critérios também estão explicitados, assim como seus descritores, no material informativo de apoio distribuído para aos presos (as) e na ficha avaliativa do Projeto. Ou seja, os critérios elencados na tabela não foram criados pela pesquisadora, e sim, são aqueles utilizados pelos professores. Em conversa com os professores/orientadores que atuam nas unidades prisionais citadas, ambos reafirmaram que esses critérios são discutidos e trabalhados em sala com os (as) detentos (as), portanto, segundo eles, são critérios familiares para esse público.

Nota-se que para homens e mulheres, em primeiro lugar o que se deve avaliar em um texto é a coerência, um texto bem organizado e com boa argumentação. Em último lugar, para ambos, o que deve ser avaliado é a fidedignidade, ou seja, a proibição de textos que sejam considerados plágios. Outro ponto que se assemelham é que ambos consideram que em penúltimo lugar o professor deve avaliar a limitação ao tema, ou seja, limitar-se ao conteúdo do livro.

Esse último dado é de extrema relevância, pois evidencia que durante o processo avaliativo o (a) detento (a) sente a necessidade de expressar mais do que o conteúdo do livro. Por esse fato, ambos os sexos, demonstraram claramente que esse critério de limitação ao tema, utilizado pelos professores, tem a menor relevância possível para eles.

Sobre isso, Proença (2015), diz que as produções textuais propostas pela Lei do Projeto de remição de pena, inibem “a “liberdade” na ação da escrita dos educandos, impedindo a interação não somente de suas experiências e vivências com as narrativas lidas nos contextos em que estão inseridos, mas, também, nos contextos sócio-histórico e cultural” (p. 67).

Proença (2015) afirma também que “o ensino de literatura deve ter como centro a experiência do literário” (p. 66). E vê como limitadores os gêneros textuais impostos pela Lei (PARANÁ, 2012), já que:

[...] os gêneros relatórios de leitura, resenhas e resumo são do domínio discursivo instrucional, apresentam um enquadramento argumentativo que não favorece a polêmica nem a subjetividade, não abrindo espaço a outra possibilidade de construção do discurso por parte do interlocutor (PRENÇA, 2015, p. 67).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal dessa pesquisa foi de trazer à tona o olhar daqueles que se encontram privados de liberdade, não em sua totalidade, mas ao menos tornar público fragmentos dessa realidade e despertar a curiosidade sobre a leitura no cárcere, tornando-a visível.

Sendo assim, com os resultados obtidos na pesquisa foi possível perceber que o perfil da pessoa privada de liberdade que participa do Projeto remição de pena pela leitura é muito jovem, com faixa etária predominante entre os 26 a 36 anos, seguida da faixa entre 18 e 25 anos. Esse dado reflete a incapacidade pública e social de se afastar os jovens brasileiros da criminalidade.

Outro dado que merece atenção é o fato da maior parte da população analisada possuir filhos. Onde e com quem estariam essas crianças? Esse dado é alarmante e deveria ser objeto de estudo e atenção por parte dos órgãos de proteção da criança e do adolescente, pois muitos desses filhos podem se encontrar em uma situação de vulnerabilidade social.

Os dados coletados também comprovaram a baixa escolaridade de homens e mulheres custodiados em nossas prisões. Cabe aqui uma reflexão sobre como tratamos os problemas de indisciplina e evasão escolar em nossas escolas. As condições de trabalho e renda familiar também reforçaram a ideia de que a prisão é o resultado final das desigualdades sociais.

Ao contrario do pensado pela pesquisadora a maior parte dos detentos já tinha o hábito de ler antes da prisão. Essa é uma informação indispensável aos professores que atuam no sistema prisional, demonstra que é preciso esforço para identificar, reforçar e estimular os leitores já existentes. Em contraponto, os dados também apontaram que há um número considerável de pessoas que não tinha esse hábito antes de ser preso. Nesse caso, é preciso que os professores tracem estratégias diferentes para atingir esses dois públicos.

Outra constatação é que maioria dos (as) detentos (as) afirmou participar do Projeto motivado (a) pela contrapartida da remição da pena. Esse dado foi importante para desmitificar qualquer visão romantizada a respeito da motivação. Ainda assim, motivados por benefícios legais ou não, é inegável pensar que a leitura poderá proporcionar benefícios pessoais e sociais a esses indivíduos.

Um dos objetivos dessa pesquisa era identificar a possível relação entre o perfil do (a) detento (a) e o gênero literário escolhido. Neste item, foi possível perceber que o perfil nesse caso não influencia diretamente no gênero, já que os livros utilizados no Projeto remição de pena pela leitura são previamente selecionados pelos professores. Ainda assim, notou-se que a predominância de alguns gêneros literários ocorre em ambos os sexos analisados.

Outro objetivo era analisar os critérios avaliativos na ótica dos (as) detentos (as). Esse objetivo foi cumprido quando os detentos classificaram aqueles que acreditavam ser o mais relevante. No entanto, percebe-se que os critérios avaliativos rendem ainda muitas investigações e tal questão carece de uma análise mais profunda em uma pesquisa futura.

Durante a pesquisa ficou nítida a importância e quase devoção que os detentos dedicam aos professores do Projeto remição de pena pela leitura. Nesse ponto é satisfatório perceber o quanto o trabalho de mediação do professor, ainda que apresente limitações, pode ser notado claramente pelos alunos.

Quanto aos professores, devido à complexidade e grandiosidade da pesquisa, não se pode observá-los mais de perto neste trabalho, porém acredita-se que cabe aqui uma investigação. Será que esses profissionais se sentem confortáveis frente às condições e os critérios avaliativos existentes?

Conclui-se, portanto, que os objetivos iniciais dessa pesquisa foram alcançados. Diante de tantas informações e possibilidades vislumbradas, espera-se que essa pesquisa revele a necessidade de se conhecer o detento (a) leitor (a), a fim traçar estratégias que possam ajudá-los a dar significado ao ato de ler para além do ponto de vista legal da redução da pena. Ainda, que possa motivar discussões e debates a cerca do Projeto remição de pena pela leitura a fim de proporcionar avanços futuros.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irlandé. **Análise de texto**: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola, 2010.

BORINI, Keila Ramos. **A leitura como prazer**: desafios para o professor do Ensino Fundamental 1. Sociedade Civil de Educação Santa Mônica, Faculdade Bandeirantes de Educação Superior, São Paulo, 2007.

BRASIL. **Lei de Execução Penal nº 7.210 de 11 de julho de 1984**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em 9 de abril de 2017.

_____. **Lei Federal nº 12.433 de 29 de junho de 2011**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12433.htm>. Acesso em 9 de abril de 2017.

BRITO, Danielle Santos de. A importância da leitura na formação social do indivíduo. **Revela**, São Paulo, v.4, n.8, p.34-42, jun., 2010.

CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. In: Remate de males. Departamento de Teoria Literária IEL/Unicamp, Número Especial Antonio Candido. Campinas, 1999.

CARVALHO, Odair França de. A EDUCAÇÃO ESCOLAR PRISIONAL NO BRASIL: Identidade, Diretrizes Legais e Currículo. **Interfaces da Educação**. Paranaíba. v 3, n. 9, p. 94-105, 2012.

COHEN, Gustavo Vargas. Ler ou dizer que leu: uma história sobre a leitura e sobre a experiência sócio/literária. **Ciências & Letras**, n. 55, 2014.

Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação Nº 44 de 26 de novembro de 2013**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=1235>>. Acesso em 20 de abril de 2017.

DE CÁSSIA SALMASSO, Rita. Criminalidade e condição feminina: estudo de caso das mulheres criminosas e presidiárias de Marília-SP. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 3, 2004.

DE JESUS, Amanda Costa Freitas et al. O significado e a vivência do abandono familiar para presidiárias. **Ciência & Saúde**, v. 8, n. 1, p. 19-25, 2005.

DEPEN. **Estatísticas educacionais do Departamento Penitenciária do Paraná**. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=274>>. Acesso em 16 de maio de 2017.

DOS SANTOS, Marcelo Justus; KASSOUF, Ana Lúcia. Estudos econômicos das causas da criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias. **Revista Economia**, v. 9, n. 2, p. 343-372, 2008.

EGITO, Regina. **OBRIGAÇÃO OU PRAZER: O mundo da leitura de alunos do curso de letras-português da UFES.** Dissertação (Mestrado em Educação, na linha de pesquisa Educação e Linguagens) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

FARIA, Aléxia Alvim Machado; OLIVEIRA, Ana Guerra Ribeiro. De Turma da Mônica a Crime e Castigo: a Remição por leitura como uma oportunidade de autodidática. In: Rômulo Rhemo Palitot Braga; Gustavo Noronha de Ávila; Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro. (Org.). **CRIMINOLOGIAS E POLÍTICA CRIMINAL I: XXIII CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI.** 1ed. Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. 1, p. 265-291.

FRINHANI, Fernanda de Magalhães Dias; SOUZA, Lídio de. Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais. **Psicologia: teoria e prática**, v. 7, n. 1, p. 61-79, 2005.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam/Paulo Freire.** - 47. ed. - São Paulo, Cortez, 2006.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

_____. Carta de Paulo Freire aos professores. **ESTUDOS AVANÇADOS**, v. 15, n. 42, p. 259, 2001.

FURLAN, Rodrigo. **LEITURA, MEDIAÇÃO E FORMAÇÃO DE LEITORES.** Curso de Letras da UnoChapecó, 2012. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/letras/blog/leitura-media-o-e-forma-o-de-leitores>>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

GIL, ANTONIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar um projeto de pesquisa** - 4.ed - São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Cristian Fabiano, et al. "Homens apenados e mulheres presas: estudo sobre mulheres de presos." **Psicologia & Sociedade**, 18.3, (2006).

INFOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2017.

LEFFA, Vilson Jose. **Aspectos da leitura.** Porto Alegre: Sagra, 1996.

LIMA, Sheila Oliveira; MELO, Henrique Furtado de. A Leitura Literária como Revivência e Ressignificação Subjetiva de um Aluno-Detento. **Revista Conexão.** Universidade Estadual de Ponta Grossa, volume 9 número2 - jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

MACEDO, Elizabeth Fernandes de; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. "Currículo, identidade e diferença." **Currículo, práticas pedagógicas e identidades**. Porto: Porto Editora (2002): 11-33.

MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2013.

MOURA, Maria Esperia Costa, *et al.* **Da remição por leitura no Estado do Paraná: Análise à luz da Lei Estadual nº 17.329/2012**. Estudo de caso, 2012. Disponível em: <http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/ExecucaoPenal/Artigos/Artigo_remicaoporleitura.pdf>. Acesso em 08 de maio de 2017.

ORMEÑO, Gabriela Reyes; MAIA, Joviane Marcondelli Dias; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti Albuquerque. Crianças com pais ou mães encarcerados: uma revisão da literatura. **Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente**, v. 4, n. 2, p. 141-161, 2014.

PARANÁ. **Lei Estadual nº 17.329 de 08 de outubro de 2012**. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=77830>>. Acesso em 9 de abril de 2017.

PIRES, Armando de Azevedo Caldeira; GATTI, Thérèse Hofmann. A reinserção social de egressos do sistema prisional por meio de políticas públicas, da educação, do trabalho e da comunidade. **Inclusão social**, v. 1, n. 2, 2006.

PROENÇA, Debora Maria. **Remição pela leitura: o letramento literário ressignificando a educação na prisão**. 2015. 183fls. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina. 2015.

RESENDE, Laura Lemes de; PIRES, Joyce Finato. **O resgate da dignidade humana: remição da pena pela leitura**. Anais do XI Evinci — Centro Universitário Autônomo do Brasil — UniBrasil, 2016 - ISSN: 2525-5126. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisvinci/article/view/1357>>. Acesso em 08 de maio de 2017.

ROJO, Roxane. Letramento e capacidades de leitura para a cidadania. **São Paulo: See: CenP**, p. 853, 2004.

SOUTO, Bernardino Geraldo Alves; KORKISCHKO, Nádia. **Validação de pesquisa qualitativa por meio de descrição quantitativa da amostra**. 2012. Disponível em: <http://www.rmmg.org/artigo/detalhes/123>. Acesso em 07 de novembro de 2017.

STELLA, Claudia. Filhos de mulheres presas: o papel materno na socialização dos indivíduos. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 9, n. 2, 2009.

VIANA, Fernanda Leopoldina. **Melhor falar para melhor ler**. Braga: Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho (2001). Disponível em:

<<http://www.waece.org/memoriascongresos/2mundialmadrid2004/textos/viana.htm>>. Acesso em 19 de agosto de 2017.

ZILBERMAN, Regina. Ler-necessidade, obrigação ou prazer. **Via Atlântica**, n. 26, p. 257-272, 2014.

WIEDEMER, Marcos Luiz; DE OLIVEIRA, Marcia Lisbôa Costa. Ler e escrever para quê? Sentidos do letramento escolar para adolescentes em conflito com a lei. **Revista Uniabeu**, v. 8, n. 18, p. 347-363, 2015.

APÊNDICE I



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 SETOR DE EDUCAÇÃO
 Departamento de Teoria e Prática de Ensino
 Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso

UNIDADE PENAL:

BLOCO:

GALERIA:

CELA:

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento.

Desde logo fica garantido o sigilo das informações. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do projeto: REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA: NA ÓTICA DO(A) DETENTO(A) LEITOR(A)

Pesquisadora Responsável (acadêmico): Vanessa Cristina Cordeiro

Email para contato: vanecordeiro@hotmail.com

Orientadora: Sonia Maria Chaves Haracemiv

Objetivo da pesquisa: Investigar a Remição de Pena pela leitura no cárcere sob a ótica do (a) detento (a).

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu _____

RG: _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo. Assim, tendo sido orientado quanto à natureza e o objetivo da pesquisa, manifesto meu livre consentimento em participar.

Local e data: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE II

1. Sexo: Masculino Feminino
2. Idade: 18 a 25 anos 26 a 31 anos 32 a 36 anos 37 a 42 anos
 43 a 50 anos 51 a 56 anos 57 a 62 anos acima de 63 anos
3. Estado e cidade de nascimento: _____
4. Estado civil atual: Solteiro(a) Casado(a) União estável Viúvo(a)
 Divorciado(a)
5. Você se considera: Indígena Negro(a) Amarelo Mulato(a)
 Branco(a) Pardo(a)
6. Tem filhos (as): Não. Sim. Quantos?
 1 a 2 filhos 3 a 5 filhos 6 a 10 filhos mais de 10 filhos.
7. Escolaridade:
 Analfabeto(a) – não sabe ler, nem escrever
 Semianalfabeto (a) – sabe ler ou escrever com dificuldade
 Ensino Fundamental Incompleto - 1ª a 4ª série
 Ensino Fundamental Incompleto - 5ª a 8ª série
 Ensino Fundamental Completo - 1ª a 8ª série
 Ensino Médio Incompleto
 Ensino Médio Completo
 Curso Profissionalizante Incompleto. Qual? _____
 Curso Profissionalizante Completo. Qual? _____
 Curso Superior Incompleto. Qual? _____
 Pós Graduação. Qual? _____
8. Condição atual no Sistema Penitenciário: Condenado Provisório
9. Qual o artigo da sua Condenação: _____
10. Tempo que está preso: até 1 ano 1 a 4 anos 5 a 8 anos 9 a 11 anos 12 a 16 anos
 17 a 20 anos
10. Você tinha alguma profissão antes de ser preso?
 Sim. Qual? _____
 Não
11. Você trabalhava na condição de:
 Desempregado(a) Carteira assinada autônomo(a) Contrato Temporário Estagiário(a)
12. Onde e com quem você residia quando foi preso?
Residia em: _____ Com: _____
13. Renda Familiar
 menos de 1 salário mínimo 1 a 2 salário mínimo 3 ou mais salários mínimos

REMIÇÃO PELA LEITURA

- 1 - Você já tinha o hábito de ler livros antes de ser preso (a)? () Sim. () Não.
- 2 – Aponte as razões pelas quais você decidiu participar da remição da pena através da leitura.
 () Remição da pena () Ocupação do tempo. () Aquisição de conhecimento.
 Outro (s) _____
- 3 - Como ficou sabendo da possibilidade de remir pena por meio da leitura?
 () Outro detentos. () Setor Pedagógico . () Agente penitenciário. () Outro. _____
- 4 - Quantos livros você já leu para fins de remição de pena de cada Gênero?

GÊNEROS	Quantidade de livros
Romance	
Conto	
Ficção	
Poesia	
Aventura	
Autoajuda	
Literatura Brasileira	
Literatura Estrangeira	
Outro : _____	

- 5 – Dentre os critérios avaliativos utilizados pelo professor para analisar seu texto Resumo ou Resenha aponte por ordem de importância.

Critérios	Descritores dos Critérios	Grau Importância
Coerência	Texto bem organizado e com boa organização.	
Coesão	Ideia dos parágrafos bem “amarradas”, com sequência.	
Ortografia	Escrita correta das palavras e letra legível.	
Estética	Boa apresentação do texto, sem rasuras.	
Limitação ao tema	Limitar-se ao conteúdo do livro.	
Qualidade do texto	Argumentação, objetividade.	
Fidedignidade	Proibição de textos que sejam considerados plágios.	

- 6 – Como você avalia o tempo para a realização da leitura, da escrita e reescrita para fins de remição?

- 7 – No processo de avaliação da escrita e reescrita do seu texto, qual a importância do professor na orientação e na sua aprendizagem?

ANEXO I

MATERIAL INFORMATIVO DE APOIO DISTRIBUÍDO AOS DETENTOS (AS)

Elaboramos um roteiro que o ajudará na organização do seu texto (resenha crítica):

- De que trata o livro? Qual o sentido da obra, ou seja, por que e para quem ela foi escrita?
- Como você se posiciona frente ao livro lido? Gostou ou não? Por quê? Encontre argumentos que reforcem seu ponto de vista.
- O livro trouxe informações novas que até então eram desconhecidas para você? Quais?
- As ideias colocadas no livro são coerentes, adequadas, válidas, relevantes, originais?
- Quais as referências do que você leu com fatos políticos, sociais e econômicos?
- De que forma o que você leu pode trazer conhecimento, cultura e abrir seus olhos para uma nova maneira de pensar e viver?

Além de refletir sobre estas questões, é importante que a sua resenha contenha:

- **uma síntese** (resumo do texto), com a apresentação das principais ideias do autor;
- **uma análise aprofundada** de pelo menos um ponto relevante do livro;
- **um julgamento** (apreciação) do texto.

Refleta, também, sobre a diversidade de opiniões a respeito do tema do livro e exponha o seu ponto de vista.

ORIENTAÇÕES GERAIS

Ao escrever o seu relatório de leitura ou a sua resenha, lembre-se que o texto deve ter início, meio e fim. Acostume-se a ler e rere o que escreveu, verificando se as ideias estão claras e coerentes e se os parágrafos estão bem elaborados. **coerência** (texto escrito bem organizado e com boa argumentação).

Também, lembre-se que ninguém escreve um bom texto de uma só vez. Por isso, sugerimos três momentos para a produção do seu texto: 1ª versão, reescrita e versão final. Assim, você corrige e reestrutura seu texto, com orientações de professores para melhorar sempre.

Seu texto deverá ter de 30 a 60 linhas. Evite rasuras no texto final e, ao concluí-lo,

entregue à Comissão de Professores para avaliação.

Fique atento aos critérios utilizados pelos professores para a correção dos textos:

- **ortografia** (escrita correta das palavras e letra legível)
- **coesão** (ideias dos parágrafos bem "amarradas", com sequência)
- **coerência** (texto escrito bem organizado e com boa argumentação)
- **estética** (boa apresentação do texto, sem rasuras)
- **qualidade do texto** (argumentação, objetividade)
- **limitação ao tema** (limitar-se ao conteúdo do livro)
- **fidedignidade** (proibição de textos que sejam considerados plágios)

Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária
Departamento de Execução Penal
Coordenação de Educação, Qualificação e Profissionalização de Apenados

E-mail: projeto.leitura@dapen.pr.gov.br
Apoio: Secretaria de Estado da Educação



REMIÇÃO DA PENA POR ESTUDO, ATRAVÉS DA LEITURA



"Um país se constrói com homens e livros"
Monteiro Lobato



APRESENTAÇÃO

A Lei 17.329 de 08/10/2012, institui a "Remição pela Leitura" nos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná, como meio de viabilizar a remição da pena por estudo, prevista na Lei Federal nº 12.433 de 29 de junho de 2011.

A Lei nº 12.433, de 29/06/2011, dispõe sobre a remição de parte da pena por estudo ou por trabalho. E, segundo o art. 126 da Lei, o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir 01 (um) dia da pena a cada 12 (doze) horas de atividade de estudo.

O projeto Remição da Pena por Estudo, através da Leitura, vem oportunizar o direito ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade crítica, por meio da leitura e da produção de textos e, por conseguinte, possibilitar a remição pelo estudo. E você, interno preso, está convidado a mergulhar no mundo dos livros, considerando que a leitura é o passaporte para adquirir novos conhecimentos, ampliar horizontes, conhecer culturas diferentes, melhorar a sua oralidade e a sua escrita.

Além do direito à remição, a ideia é formar leitores cada vez mais cultos e intelectualizados, críticos e capazes de mudar a sua realidade. E, consequentemente, leitores melhor preparados para concluir a escolarização básica, para ingressar no ensino superior e para inserção no mercado de trabalho.

QUEM PODE PARTICIPAR?

Todos os internos presos alfabetizados de todos os Estabelecimentos Penais do Paraná.

COMO PARTICIPAR?

O interessado participará, mensalmente, das seguintes atividades:

- **Nos primeiros dias:** escolherá o livro na biblioteca do Estabelecimento Penal, de acordo com o seu nível de conhecimento.
- **Até o dia 20:** fará a leitura do livro.
- **Do dia 20 ao dia 30:** produzirá o seu relatório de leitura ou resenha, em momentos para escrita e reescrita do texto, com orientação de professores, conforme cronograma elaborado pela pedagoga do Estabelecimento Penal.

Normas para o bom andamento do projeto Remição da Pena por Estudo, através da Leitura:

1. Somente um livro será lido, a cada mês, pelo apenado.
2. A cada livro lido deverá ser elaborado um relatório de leitura ou resenha, observado o nível de escolarização do apenado.
3. O relatório de leitura ou resenha deverá ser produzido individualmente e na presença de professor designado para este fim.
4. Os relatórios de leitura e resenhas serão avaliados por comissão de professores, e serão aprovados os que tiverem nota igual ou superior a 6,0 (seis).
5. A cada livro lido e relatório de leitura ou resenha aprovado, será expedido relatório de atividade de estudo, pelo CEEBJA do Estabelecimento Penal, computando 48 horas de leitura, ou seja, o equivalente a 4 (quatro) dias de Remição da Pena por Estudo, através da Leitura.
6. Os internos presos matriculados no Ensino Fundamental, Médio ou Superior, também poderão participar do Projeto Remição da Pena por Estudo, através da Leitura.

ENSINO FUNDAMENTAL (FASE I)

Livros com muita ação e diálogo, narrados de forma sequencial, com temas agradáveis e de fácil assimilação, e que lhe tragam alguma reflexão. Algumas orientações para a leitura e para a elaboração do texto:

- Relembra a história do livro e conte resumidamente os fatos.
- Quem são os personagens e como se comportam? Você se identificou com algum deles? Qual? Por quê?
- Em que época (tempo) e local (espaço) a história acontece?
- Você gostou do livro? Por quê? E o que você não gostou? Por quê?
- A leitura deste livro traz alguma reflexão importante para a sua vida? Qual?

Refleta sobre todas essas questões, relembra a história lida e compare-a com um fato marcante da sua vida ou de alguém que conhece. A partir disso, escreva seu texto.

ENSINO FUNDAMENTAL (FASE II)

Literatura brasileira, contos, ficção, aventuras, romances, dentre outros. Segue um roteiro para que você chegue a uma compreensão melhor do livro lido:

- Em que época (tempo) e local (espaço) os fatos acontecem?
- De que trata o livro?
- Observe os personagens principais e secundários: Quem são? Como são? Como eles se comportam no decorrer da história? Qual a importância deles na história? Você se identificou com algum deles? Qual? Por quê?
- Quais são os fatos relacionados (políticos, sociais, econômicos) que você lembrou ao ler o livro?
- O que a leitura lhe trouxe de reflexão, de amadurecimento? Este livro ampliou sua cultura, seu conhecimento? Trouxe uma maneira positiva de enfrentar a vida? Por quê?

Depois de pensar sobre tudo isso, elabore seu texto.

ENSINO MÉDIO E SUPERIOR

Clássicos da literatura brasileira e mundial, ficção, autobiografias, história, sociologia, política, filosofia, romances.

ANEXO II

Lei 17329 - 8 de Outubro de 2012

Publicado no Diário Oficial nº. 8814 de 8 de Outubro de 2012

Súmula: Institui o Projeto “Remição pela Leitura” no âmbito dos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Projeto “Remição pela Leitura” nos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná como meio de viabilizar a remição da pena por estudo, prevista na Lei Federal nº 12.433, de 29 de junho de 2011.

Art. 2º O Projeto “Remição pela Leitura” tem como objetivo oportunizar aos presos custodiados alfabetizados o direito ao conhecimento, à educação, à cultura e ao desenvolvimento da capacidade crítica, por meio da leitura e da produção de relatórios de leituras e resenhas.

Art. 3º O Projeto “Remição pela Leitura” consiste em oportunizar ao preso custodiado alfabetizado remir parte da pena pela leitura mensal de uma obra literária, clássica, científica ou filosófica, livros didáticos, inclusive livros didáticos da área de saúde, dentre outras, previamente selecionadas pela Comissão de Remição pela Leitura e pela elaboração de relatório de leitura ou resenha, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. O Projeto “Remição pela Leitura” deverá ser integrado a outros projetos de natureza semelhante que venham a ser executados nos Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná.

Art. 4º Todos os presos custodiados alfabetizados do Sistema Penal do Estado do Paraná, inclusive nas hipóteses de prisão cautelar, poderão participar das ações do Projeto “Remição pela Leitura”, preferencialmente aqueles que ainda não têm acesso ou não estão matriculados em Programas de Escolarização.

Art. 5º O Programa para o Desenvolvimento Integrado - PDI - Cidadania e o Departamento Penitenciário do Estado do Paraná - DEPEN/PR, por intermédio da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU), serão responsáveis pela coordenação das ações do Projeto “Remição pela Leitura”, as quais serão implementadas e orientadas pela Coordenadoria de Educação e Qualificação Profissional.

Art. 6º O Departamento Penitenciário do Estado do Paraná - DEPEN/PR será responsável por propiciar espaços físicos adequados às atividades educacionais, por integrar as práticas educativas às rotinas dos Estabelecimentos Penais e por difundir informações incentivando a participação dos presos custodiados alfabetizados nas ações do Projeto “Remição pela Leitura”, em todos os Estabelecimentos Penais do Estado do Paraná.

Art. 7º A remição pela leitura será assegurada de forma paritária com a remição concedida ao trabalho, e cumulativa quando envolver a realização paralela das duas atividades, se compatíveis.

Art. 8º A participação do preso custodiado alfabetizado no Projeto “Remição pela Leitura” será voluntária, mediante inscrição no setor de pedagogia do respectivo Estabelecimento Penal.

Art. 9º O preso custodiado alfabetizado integrante das ações do Projeto “Remição pela Leitura” realizará a leitura de uma obra literária e elaborará um relatório de leitura ou uma resenha, o que permitirá remir quatro dias da sua pena.

Art. 10. Para fins de remição da pena, o preso custodiado alfabetizado poderá escolher somente uma obra literária dentre os títulos selecionados para leitura e elaboração de um relatório de leitura ou resenha, a cada trinta dias.

§ 1º O relatório de leitura será elaborado pelos presos custodiados alfabetizados de Ensino Fundamental – Fase I e II – conforme modelos fixados pela Comissão de Remição pela Leitura.

§ 2º A resenha - resumo e apreciação crítica - será elaborada pelos presos custodiados alfabetizados de Ensino Médio, Pós Médio, Superior e Pós Superior.

Art. 11. O relatório de leitura ou a resenha deverá ser elaborado individualmente, de forma presencial, em local adequado, providenciado pela Direção do Estabelecimento Penal, e perante professor de língua portuguesa disponibilizado aos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJAs.

Art. 12. Será utilizada a nota 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo considerado aprovado o relatório de leitura ou a resenha que atingir a nota igual ou superior a 6,0 (seis), conforme Sistema de Avaliação adotado pela Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná – SEED/PR [...]

ANEXO III

AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 SETOR DE EDUCAÇÃO
 DEPARTAMENTO DE TEORIA E PRÁTICA DE
 ENSINO
 CURSO DE PEDAGOGIA



Curitiba, 24 de abril de 2017

Ao Diretor do DEPEN/PR

Assunto: Pedido de autorização de pesquisa

Venho através de o presente solicitar a Vossa Senhoria autorização para que a aluna **Vanessa Cristina Cordeiro**, RG: 10.187.687-0, regularmente matriculada no 4º ano do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Matrícula Nº GRR20141168, para que a mesma possa realizar a pesquisa, cujo tema aborda "Remição de Pena pela Leitura: aspectos legais e cognitivos". Observa-se que a presente questão precisa ser analisada sob os prismas da legalização e a aprendizagem dos detentos, leitura e interpretação, conteúdos presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Para realizar tal investigação a orientada precisa adentrar nas Unidades Penitenciárias do Paraná, de forma realizar seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Para tanto, precisará fazer entrevistas com os detentos em processo de escolarização, professores, pedagogos envolvidos com o Projeto Remição de Pena pela Leitura. Vale ressaltar ainda, que a referida orientanda é servidora do Departamento Penitenciário do Paraná, portanto, está familiarizada e ciente das normas de segurança vigentes no sistema prisional.

Todo o trabalho é acompanhado por uma professora orientadora que direcionará o trabalho visando um resultado ético e de grande valor acadêmico. Reiteramos, por fim, que os dados coletados são para uso acadêmico.

Atenciosamente,

Profª Drª Sonia Maria Chaves Haracemiv
 Professora Orientadora

Profª Sonia Mª Chaves Haracemiv
 Matrícula 034266
 sharacemiv@ufpr.br

R. Hor
 Autorização
 26/04/17
 Luiz Alberto Carvão Moura
 Diretor - DEPEN
 1.223.451-1